



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Maria Gabrielle Cerqueira Correa

O PAPEL DA CONDUÇÃO ECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO  
DE BEM-ESTAR SOCIAL SUECO

Rio de Janeiro

2021

Maria Gabrielle Cerqueira Correa

O PAPEL DA CONDUÇÃO ECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO  
DE BEM-ESTAR SOCIAL SUECO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro como exigência para obtenção do título de  
Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Dra. Ana Cristina Reif

Rio de Janeiro

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

CC824p Correa, Maria Gabrielle Cerqueira  
O papel da condução econômica no desenvolvimento do estado de bem-estar social sueco / Maria Gabrielle Cerqueira Correa. -- Rio de Janeiro, 2021. 67 f.

Orientadora: Ana Cristina Reif.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2021.

1. Estado de Bem-Estar Social. 2. Desenvolvimento. 3. Suécia. I. Reif, Ana Cristina, orient. II. Título.

MARIA GABRIELLE CERQUEIRA CORREA

O PAPEL DA CONDUÇÃO ECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO DO  
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL SUECO

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito para a obtenção do título  
de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 12/14/2021.

---

ANA CRISTINA REIF DE PAULA - Presidente

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

RONALDO FIANI

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

ALMIR PITA FREITAS FILHO

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a conclusão de uma trajetória que só se realizou graças ao apoio de uma enorme rede. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe Carmem por estar incondicionalmente ao meu lado, dedicando horas valiosas ao meu aprendizado e me ensinando muito além dos livros. A ela agradeço também pelos inúmeros esforços para priorizar meus estudos, mesmo em tempos de grandes dificuldades.

Agradeço à minha irmã Monique Anny por guiar meus primeiros passos na educação, onde minhas memórias de aprendizado e afeto se misturam. Agradeço por ser a maior entusiasta da minha formação, por me apoiar e ser meu maior exemplo. À minha irmã Ana Clara, por me ensinar com leveza a acreditar no futuro.

Ao meu companheiro João Francisco, com quem divido os valores da profissão e da vida, sou imensamente grata pela aliança e incentivo desde o início dessa caminhada. Agradeço pelos incontáveis dias de estudo em conjunto, todo compartilhamento, aprendizado e por fazer parte fundamentalmente do meu desenvolvimento.

Agradeço à Mônica Simone, Antonio Cesar Cavalcanti, Marina de Simone e Raquel de Simone. Tenho enorme apreço pelo quanto auxiliaram a minha formação e por me receberem com generosidade, amor e cuidado de uma verdadeira família.

Aos amigos, agradeço pelos encontros para aliviar as tensões do cotidiano, as mensagens, o apoio e pelos momentos de afeto. Agradeço especialmente àqueles que estão juntos em todos os passos desta minha caminhada. À Fernanda Teglas pela cumplicidade desde os primeiros anos de escola, passando por todas as construções e reconstruções em conjunto. À Priscila Gregoric, agradeço pela amizade e carinho de tantos anos. À Vanessa Gomes pelas intensas trocas de experiências, pela compreensão, conselhos e apoio. À Maria Leão, pela amizade tão doce e companheira e por me inspirar com a sua jornada de força, inteligência e dedicação.

Aos amigos do CAp UFRJ, Bianca Vidal, Ingrid Coelho, João, Juann Melo, Juliana Sales, Larissa Araújo, Larissa Domingues, Mateus Maciel e Victoria Ramos por todo companheirismo desde os desafiadores dias de colégio. Agradeço principalmente às irmãs que conquistei nesse período,

Caroline Correa e Marina, pelo inestimável suporte, confiança, carinho e conversas quase diárias que sobrevivem aos diferentes fusos e rotinas.

Aos amigos da UFRJ, que me incentivaram e tornaram essa jornada mais leve. Em especial agradeço ao Bruno Parisoto, Silvia Galter, Glécia Machado, Beatriz Machado, Caroline Soares, Karen Pereira, Lucas de Almeida, Marcos Mendes, Nathalia Calazans, Raphael Fernandes e Rebecca Prelado.

Agradeço também a todos os excelentes profissionais que me acompanharam ao longo desses anos, em especial à Carolina Scrivener e Monica Richard de Souza. Aproveito para agradecer aos funcionários da UFRJ, que se dedicam incansavelmente à manutenção da universidade pública e de qualidade, com destaque para a querida Anna Lucia, por quem tenho grande carinho e gratidão.

Agradeço ao corpo docente do Instituto de Economia por todo conhecimento e paciência, em especial aos professores que marcaram brilhantemente a minha trajetória. Ao professor Cadu Young agradeço pelas primeiras aulas do curso, pela orientação no Grupo de Economia do Meio Ambiente, conselhos e oportunidades que me ajudaram muito na conclusão do curso e primeiros passos da minha carreira.

Por fim, sou grata à professora Ana Cristina Reif, por quem tenho enorme admiração. Agradeço por acompanhar minha trajetória acadêmica ao longo de vários anos, por me escutar e guiar sempre atenciosamente e por esse processo tão paciente e generoso de orientação.

Este trabalho é fruto dos insumos e oportunidades que a educação me proporcionou. Agradeço a todos que me ensinaram a importância do conhecimento, valor que considero fundamental e dedico a esses minha formação pessoal, ainda em desenvolvimento.

## RESUMO

A Suécia possui um lugar de destaque dentre as economias capitalistas, tendo como principais características a estabilidade dos indicadores macroeconômicos e os altos índices de qualidade de vida. Em menos de cem anos, o país saiu de uma estrutura majoritariamente agrária para uma estrutura industrial e urbanizada no início do século XX. A reorganização produtiva gerou impactos de longo prazo na estrutura sueca, que vivenciou um intenso e próspero processo de desenvolvimento ao longo do século. O presente trabalho pretende analisar as raízes históricas do Estado de Bem-Estar Social sueco e o papel da condução econômica no desenvolvimento nacional, destacando o importante papel do Modelo Rehn-Meidner e seus desdobramentos nas políticas econômicas do país, assim como os impactos da crise econômica em fins do século XX e os desafios recentes ao Estado de Bem-Estar Social sueco.

**Palavras-chave:** Estado de Bem-Estar Social; Desenvolvimento; Suécia.

## ABSTRACT

Sweden is considered a distinct capitalist economy, which main features are the stability of macroeconomic indicators and the high indices of quality of life. The country changed from a primarily agrarian structure to an industrial structure in approximately one hundred years. The productive reorganization generated long-term impacts on the Swedish structure, experiencing an intense and prosperous development process throughout the 20th century. This monograph analyzes the historical influences of the Swedish Welfare State and the role of economic leadership in national development, focusing on the Rehn-Meidner Model and its consequences on the country's economic policies. It's analyzed the economic crisis impacts at the end of the 20th century and the challenges to the Swedish Welfare State.

**Keywords:** Welfare State; Development; Sweden.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produção de grãos estimada 1702–1864, com tendência (hectolitros por fazenda) .....	29
Figura 2 - PIB (US\$ constantes 2010) e taxa de crescimento anual do PIB da Suécia (%).....	51
Figura 3 - PIB per capita da Suécia e OCDE (US\$ constantes 2010).....	52
Figura 4 - Taxa de desemprego da força de trabalho total (%) .....	53
Figura 5 - Receitas tributárias totais e de seguridade social como parcela do PIB (% PIB) .....	54
Figura 6 - Gastos Públicos Sociais Agregados como parcela do PIB na Suécia e OCDE (% PIB).....	55
Figura 7 - Gastos públicos sociais por programa (% PIB).....	56
Figura 8 - Nível educacional da população acima de 25 anos (%).....	58
Figura 9 - Índice de acesso das mulheres à economia .....	60
Figura 10 - Índice de GINI .....	61

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

EBS – Estado de Bem-Estar Social

FED – Reserva Federal dos Estados Unidos da América

LO – Confederação Sueca de Sindicatos

NIC – Novos Países Industrializados

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIB – Produto Interno Bruto

R-M – Modelo Rhen-Meidner

SPA – Partido Social-Democrata

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>12</b>
<b>1. Estado de Bem-Estar Social e Neoliberalismo</b> .....	<b>15</b>
1.1. Aspectos teóricos sobre o Estado de Bem-Estar Social .....	15
1.1.1. A Social-Democracia e o Estado de Bem-Estar .....	15
1.1.2. O Estado de Bem-Estar Social .....	17
1.2. Breve análise sobre o neoliberalismo e o papel do Estado .....	20
<b>2. Origens e Desenvolvimento do Estado de Bem-Estar na Suécia</b> .....	<b>26</b>
2.1. A História Econômica do País entre os séculos XVIII e XIX: .....	26
2.1.1. Base política e participação social .....	26
2.1.2. Da agricultura à industrialização .....	27
2.1.3. A expansão industrial no desenvolvimento do século XIX .....	31
2.2. O Desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Sueco no século XX ....	34
2.2.1. A Implementação do Estado de Bem-Estar e suas influências ....	35
2.2.2. Políticas de cuidados e redução da desigualdade social .....	36
2.2.3. O modelo Rhen-Meidner .....	38
<b>3. Consolidação e Crise do Estado de Bem-Estar Social Sueco</b> .....	<b>43</b>
3.1. Os Anos Dourados da Economia Sueca .....	43
3.2. Alterações na condução política e econômica sueca .....	45
3.3. Transformações no Estado de Bem-Estar Social .....	48
3.4. Análise dos indicadores econômicos e sociais .....	50
<b>Conclusão</b> .....	<b>63</b>
<b>Referências</b> .....	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

A Suécia estruturou um modelo singular de desenvolvimento, observando uma distinta garantia dos direitos sociais perante os demais países capitalistas, assim como uma robusta estrutura econômica. Segundo dados da OCDE, o país possui o desempenho acima da média em todas as dimensões relativas ao bem-estar social, com alto índice de emprego, renda e acesso à educação e saúde.

O olhar para a estrutura econômica desenvolvida pela Suécia tem como objetivo investigar quais elementos propiciaram os altos índices de desenvolvimento e qualidade de vida observados no país. Nesse sentido, o presente trabalho pretende elucidar os caminhos percorridos durante o seu desenvolvimento econômico.

É relevante apontar que o modelo desenvolvido pela Suécia possui grande similaridade aos demais países escandinavos. Os países contaram com o apoio dos recursos naturais como base inicial de desenvolvimento e geração de renda, com isso, a renda proveniente desses recursos pôde financiar a construção de outros ativos de capital físico e humano e influenciar direta e indiretamente os elevados índices de produtividade e estabilidade macroeconômica nos mesmos (NETO, 2007).

O modelo de Estado de Bem-Estar Social desenvolvido nos países escandinavos teve como característica primordial o acesso universal. Na trajetória histórica desses países, o universalismo em áreas como saúde e educação verificou-se como uma continuação de uma longa tradição, expandindo-se para outras áreas após a Segunda Guerra Mundial (ABRAHAMSON, 2012). Na Suécia, a partir da eleição do partido Social-Democrata, em 1932, houve uma crescente implementação de políticas sociais, observando também o pacto entre sindicatos trabalhistas e grupos patronais em 1938, responsável pela conciliação dos interesses entre as partes, além de um importante elemento para o financiamento do Estado de Bem-Estar Social.

É relevante apontar que a história econômica do último século contou com a condução econômica do Partido Social-Democrata durante a maior parte do tempo, sendo fundamental para a constituição do modelo observado até os dias atuais. Neste estudo, serão avaliadas as principais características do modelo adotado, tendo como finalidade principal verificar o papel da condução econômica para o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social sueco.

A estrutura do trabalho parte de um olhar teórico, objetivando compreender o modelo de desenvolvimento adotado, assim como suas particularidades. No capítulo 1, serão abordados os principais conceitos referentes à construção do Estado de Bem-Estar Social. Desta forma, na primeira seção será abordada a relação entre o modelo social-democrata e a estrutura de Estado de Bem-Estar Social desenvolvida no país. Em seguida, serão apontados os principais aspectos referentes ao papel do Estado a partir de uma breve contextualização do neoliberalismo.

No segundo capítulo, será abordada a história econômica sueca até o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. Na primeira seção, serão estudados os principais aspectos referentes à história econômica nacional nos séculos XVIII e XIX, passando brevemente pela construção da base política e participação social, para compreensão sobre como a integração da população no sistema corroborou para a garantia de notórios direitos sociais. Posteriormente, serão analisados os processos econômicos desde a fase agrícola do país até a industrialização, observando os impactos na organização social e produtiva.

A partir do entendimento sobre as origens do desenvolvimento do modelo sueco ao longo dos séculos XVIII e XIX, a seção 2.2 pretende abordar o caminho do desenvolvimento sueco ao longo do século XX, marcado pelos impactos da industrialização sobre a estrutura econômica e social. Nesse sentido, serão verificados importantes elementos para a estruturação do Estado de Bem-Estar Social, tendo o modelo Rhen-Meidner (R-M) como principal norteador para as políticas realizadas após a eleição do Partido Social-Democrata.

No terceiro capítulo, será analisado o período de desenvolvimento econômico no país após a década de 1940, observando a aplicação dos conceitos defendidos pelo modelo R-M. Na seção 3.1, serão observados os Anos Dourados Suecos, período de grande prosperidade econômica e consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Posteriormente, a seção 3.2 terá como foco os efeitos dos choques do petróleo no Estado de Bem-Estar Sueco durante a década de 1970, assim como as estratégias de superação e consequentes impactos na economia nacional. Em seguida, serão avaliados os desafios encontrados pelo Estado de Bem-Estar Social sueco frente às dificuldades decorrentes da crise econômica vivenciada nos primeiros anos da década de 1990. Por fim, na seção 3.4, serão observados alguns dos indicadores referentes ao contexto econômico e social do país a partir da década de 1960, tendo como objetivo ampliar a visualização do processo de desenvolvimento econômico sueco no período.

## **1. ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E NEOLIBERALISMO**

No presente trabalho abordaremos amplamente o Estado de Bem-Estar Social sueco, por isso, é preciso conhecer os principais conceitos a respeito dessa estrutura, visando analisar os elementos diferenciadores e sinergias com os sistemas conhecidos nas demais economias capitalistas. O presente capítulo tem como objetivo realizar uma breve contextualização teórica do modelo social-democrata e a relação estabelecida com o estado de bem-estar social, além de expandir a compreensão acerca dos diferentes modelos de bem-estar social, segundo a obra “As três economias políticas do Welfare State” de Esping-Andersen. Em seguida, será realizado uma breve contextualização do neoliberalismo, promovendo o debate a respeito das funções do Estado.

### **1.1. Aspectos teóricos sobre o Estado de Bem-Estar Social**

Desde antes do surgimento das sociedades de bem-estar, a conciliação entre o capitalismo e bem-estar social promove questionamentos entre os teóricos de diferentes escolas econômicas. A capacidade de alteração sistêmica de um regime de bem-estar social é estudada desde os economistas políticos clássicos com o objetivo de identificar quais seriam os limites e interlocuções possíveis com as estruturas econômicas existentes (ESPING-ANDERSEN, 1990).

O Estado de Bem-Estar Social como conhecido hoje, ainda que tenha passado por um extenso processo de formação política, econômica e social, está sujeito a inúmeras problematizações acerca da estrutura desenvolvida e dos novos rumos e formatos que poderá assumir. Nesta seção, serão apresentados elementos históricos a respeito do modelo social-democrata, objetivando compreender suas origens e relações com o Estado de Bem-Estar e destacando as principais características teóricas do regime adotado durante a maior parte da trajetória sueca a partir da década de 1930.

#### **1.1.1. A Social-Democracia e o Estado de Bem-Estar**

O processo de industrialização verificado a partir do século XVIII gerou intensas modificações econômicas na Europa, como a alteração da estrutura produtiva e o desenvolvimento do sistema fordista de produção, e sociais, a partir da migração da população rural para os centros urbanos e a origem das

massas proletárias. Tais transformações introduziram novas dinâmicas sociais, estimulando o anseio pelo desenvolvimento da democracia política (DARRIEUX, 2017; ESPING-ANDERSEN, 1990).

As novas dinâmicas foram temidas pelos economistas liberais como uma possível via de aproximação ao socialismo. Internamente aos partidos comunistas e socialistas tradicionais, no entanto, a democracia política era entendida como um instrumento capitalista incapaz de promover alterações sociais disruptivas. (DARRIEUX, 2017; ESPING-ANDERSEN, 1990). Conforme abordado por Pzeworski, a democracia expandiu as possibilidades de os trabalhadores interagirem com o sistema político, possibilitando que estes assegurassem alguns de seus interesses.

“A política eleitoral constitui o mecanismo em que qualquer pessoa pode, como cidadão, expressar reivindicações quanto a bens e serviços. Enquanto que, como produtores imediatos, os trabalhadores não têm nenhuma garantia institucional em relação ao produto, como cidadãos podem lutar por tais garantias através do sistema político. Além do mais, como cidadãos, e não já como produtores imediatos, podem intervir na própria organização da produção e alocação do lucro.” (PZREWORSKI, 1988, p. 6)

Como forma de conter a ameaça socialista decorrente dos anseios democráticos, foram promovidas reformas que buscavam sanar as demandas das classes trabalhadoras, promovendo importantes ampliações dos direitos políticos. Essas reformas, contudo, são apontadas por Esping-Andersen como um “cavalo de Tróia”, capaz de transpor a fronteira entre o capitalismo e o socialismo, ao introduzir um novo elemento na economia política capitalista de natureza diversa.

Dentro do contexto apresentado, o modelo social-democrata se configura como uma forma de socialização econômica, adotando o reformismo parlamentar como estratégia. Para isso, deveriam ser providos recursos sociais, saúde e educação para que os trabalhadores participassem efetivamente enquanto cidadãos socialistas. A política social, além do caráter emancipador, se apresentava também como elemento condicionante à eficiência econômica, auxiliando na promoção do progresso das forças produtivas no capitalismo (ESPING-ANDERSEN, 1990).

A relação com o estado de bem-estar social, segundo a estratégia social-democrata, ao erradicar a pobreza, o desemprego e a total dependência dos salários, promoveria a redução das divisões sociais e a consequente unidade política dos trabalhadores.

A partir da breve compreensão histórica do surgimento da vertente social-democrata, a seguir serão estudados os elementos teóricos acerca do Estado de Bem-Estar Social, analisando os diferentes conceitos, buscando também identificar e diferenciar o modelo desenvolvido na Suécia dos demais regimes adotados ao redor do mundo.

### 1.1.2. O Estado de Bem-Estar Social

Neste momento, cabe apresentar o debate exposto por Esping-Andersen a respeito da construção conceitual do estado de bem-estar social. O autor aponta que, ao analisar o estado de bem-estar social, muitos estudos objetivaram testar a validade dos modelos teóricos conflitantes da economia política ao invés de compreender o fenômeno. A definição comumente apresentada em manuais é a de “que ele envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos.” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 98). Para o autor, é preciso atentar para qual seria o “básico” almejado, assim como problematizar tal conceito.

A respeito da estrutura do estado, Esping-Andersen expõe três principais visões a respeito de critérios que permitam identificar o que seria um estado de bem-estar. Na proposta desenvolvida por Therborn, um estado de bem-estar social deve voltar a maior parte de suas atividades às necessidades de bem-estar das famílias. A partir dessa abordagem, são relativizados muitos modelos, de forma que a introdução de programas sociais não implica necessariamente no nascimento de um estado de bem-estar social.

A segunda visão deriva da teoria de Richard Titmuss, distinguindo os modelos de bem-estar social entre residuais e institucionais. A respeito do estado de bem-estar social residual, o Estado assume a responsabilidade somente em casos onde a família ou o mercado são insuficientes, direcionando a atuação majoritariamente a grupos sociais marginais e mercedores. Já no estado de bem-estar social institucional, a abordagem pretendida é universalista,

estendendo a proposta de benefícios sociais. Essa teoria ampliou o entendimento a respeito da atuação dos estados de bem-estar, dando origem a uma gama de novas perspectivas sobre o tema (ESPING-ANDERSEN, 1990).

A terceira abordagem pretende realizar uma seleção de critérios, através de uma comparação com um modelo abstrato para avaliar programas ou o estado de bem-estar de forma geral. Tal proposta, no entanto, é entendida como uma estratégia a-histórica e, portanto, sem fundamentos para o entendimento contextualizado do estado de bem-estar (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Além do tema geral de direitos e garantias envolvido na caracterização do estado de bem-estar, outro aspecto relevante apresentado por Esping-Andersen refere-se à relação entre o Estado e o mercado e a questão da “desmercadorização”. O aumento da abrangência dos mercados gerou a dependência direta do bem-estar dos indivíduos por relações monetárias, desta forma, as sociedades foram se configurando cada vez mais pelos ganhos individuais desfrutados pela venda da força de trabalho, significando uma crescente mercadorização das pessoas. O autor aponta que a desmercadorização ocorre quando há o entendimento de acesso a uma prestação de serviços por uma questão de direito ou quando é possível que um indivíduo se mantenha sem depender do mercado.

A desmercadorização apresenta-se como uma questão relevante e não consensual entre os modelos de bem-estar social contemporâneos. O modelo de previdência social estatal e compulsória com direitos amplos é um exemplo de estratégia adotada. Tal modelo, no entanto, depende das formas de elegibilidade e regimentos e, então, deverá ter diferentes efeitos relacionados aos direitos e desmercadorização dos bem-estar social (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Outro modelo apresentado pelo autor se refere ao modelo de Beveridge de benefício. Tal modelo oferece benefícios básicos universais e igualitários, no entanto, geralmente são oferecidos benefícios de qualidade insuficiente para que se apresente como uma opção ao trabalho e, portanto, não necessariamente desmercadorizante (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Um outro exemplo de modelo adotado se refere a estruturas onde predominam programas de assistência social. Nesses casos, os direitos são mais associados à comprovação de necessidade do que ao desempenho no trabalho. É relevante ressaltar que os benefícios reduzidos, assim como os atestados de pobreza limitam a possibilidade de desmercadorização, tendo, simultaneamente benefícios muito mais atraentes no setor privado (ESPING-ANDERSEN, 1990).

O último ponto, portanto, pode ser entendido como um elemento para discussão de um outro fator apontado por Esping-Andersen. A assistência social, assim como a ajuda a pobres, compreende-se como um elemento estratificante que, “ao punir e estigmatizar seus beneficiários, promove dualismos sociais e por isso é um alvo importante de ataques por parte de movimentos de trabalhadores” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 104).

De forma alternativa à assistência social voltada aos comprovadamente pobres e à seguridade social corporativista, o sistema universalista propõe a dotação de direitos iguais por todos os cidadãos, sendo independente da classe ou posição no mercado. No entanto, o autor afirma que o sistema se torna eficaz apenas em sociedades onde a estrutura social é constituída majoritariamente por “pessoas humildes”, sendo o benefício modesto considerado adequado (ESPING-ANDERSEN, 1990).

As diferentes combinações de direitos sociais e estratificações conformam, segundo Esping-Andersen, diferentes regimes de bem-estar social. No regime liberal, são adotados modelos de assistência voltados aos comprovadamente pobres, de modo que os benefícios sejam destinados a uma parcela restrita da população. Neste modelo, o acesso a tais benefícios é associado ao estigma social, garantindo apenas o mínimo aos beneficiários. Nesse sentido, os efeitos da desmercadorização são minimizados, configurando o lugar do trabalho para a obtenção de direitos sociais (ESPING-ANDERSEN, 1990).

No regime corporativista, os direitos sociais são relacionados às configurações de classe e ao *status*, isto é, preocupa-se com a manutenção da estrutura de classe “pós-industrial”, não tendo como objetivo o caráter redistributivo. Desta

forma, o modelo compromete-se à manutenção da família tradicional, encorajando a maternidade e o cuidado familiar.

Já no regime universalista, também intitulado regime “social-democrata” devido à força dominante comum a essas sociedades, a proposição voltou-se à destinação de benefícios igualitários com os mais altos padrões de qualidade, estendendo os direitos também às novas classes médias. Neste modelo, são observados traços desmercadorizantes e universalistas, de modo que todas as parcelas podem desfrutar do mesmo sistema de seguros, sendo eles graduados de acordo com os ganhos individuais, gerando incentivos à participação de todas as camadas sociais.

O modelo de estado de bem-estar social adotado pela Suécia pode ser relacionado também com os verificados nos demais países localizados na península escandinava, aqui considerados Dinamarca e Noruega. O modelo desenvolvido por esses países é frequentemente citado na literatura como “modelo escandinavo” devido à similaridade de práticas e políticas e promove amplos benefícios sociais.

“o modelo escandinavo: é universal e (portanto) caro; é financiado por impostos; é baseado na provisão pública de transferências e serviços; tem ênfase em trabalhos sociais pessoais em vez de transferências; fornece serviços de alta qualidade; possui altos índices de compensação, por isso é igualitário; é baseado num alto grau de participação no mercado de trabalho de ambos os sexos.” (ABRAHAMSON, 2012, p. 9)

A partir da contextualização teórica realizada, poderemos analisar, na seção a seguir, os principais aspectos referentes ao embate entre Estado e mercado no neoliberalismo segundo a visão de Bresser-Pereira. Tal análise visa ampliar a compreensão acerca dos movimentos ocorridos no Estado de Bem-Estar Social sueco, assim como as tensões políticas e econômicas no decorrer do tempo.

### **1.2. Breve análise sobre o neoliberalismo e o papel do Estado**

Essa seção pretende expor os principais aspectos teóricos referentes ao neoliberalismo relevantes para este trabalho, visando ampliar o entendimento a respeito do desenvolvimento econômico sueco, assim como fundamentar a análise das alterações do Estado de Bem-Estar Social sueco apresentada no capítulo 3.

Segundo Duménil e Lévy, na obra “Neoliberalismo – Neo-imperialismo”, publicada em 2007, neoliberalismo é uma fase do capitalismo datada a partir da década de 1980, tendo como principal marco histórico a decisão tomada pela Reserva Federal dos Estados Unidos da América (FED), em 1979, de aumentar as taxas de juros até o limite necessário para eliminar a inflação. Tal decisão é apontada como o fato gerador de uma mudança significativa na dinâmica capitalista, abrindo caminho para que o neoliberalismo definisse o novo curso para o capitalismo por mais de 25 anos.

É relevante apontar que durante a fase anterior, sob regimes social-democratas, crescimento, emprego e progresso técnico eram fomentados pelo modelo, independentemente da remuneração dos capitalistas, de forma que o poder e privilégios da classe capitalista foram reduzidos. Ao longo da década de 1970, a crise estrutural decorrente das crises do petróleo e desmembramento do sistema de *Bretton Woods* ocasionaram o crescimento da inflação, tendo efeito de redução ainda mais acentuada da renda e riqueza da classe capitalista (DUMÉNIL e LÉVY, 2007).

É em um cenário de taxas de juros praticamente nulas ou negativas, desvalorização da bolsa e baixos lucros e dividendos que a preocupação com a condição capitalista é retomada, gerando a ebulição das ideias neoliberais. Essa nova fase da economia mundial introduz elementos importantes tanto aos países que se organizavam sob moldes socialistas como aos que já se organizavam em moldes capitalistas, gerando uma nova ordem econômica e social (DUMÉNIL e LÉVY, 2007 ; IANNI, 1998)

“Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga.” (IANNI, 1998, p. 28)

A partir da nova organização econômica promovida pela difusão do neoliberalismo é observado o fenômeno da transnacionalização, de modo que as redes globais favorecem que as atividades e diferenciações da força de trabalho também se transnacionalizem. Por conseguinte, esse movimento

desenvolve a concentração do capital por meio do reinvestimento do lucro, tal qual a centralização do capital, “através de absorção de empreendimentos menos ativos, secundários ou marginais pelos mais ativos, dinâmicos ou agressivos” (IANNI, 1998, p. 28).

O processo descrito anteriormente demonstra o fenômeno de expansão dessas dinâmicas para outros territórios e fronteiras, também conhecido como globalização. Nessa estrutura, Ianni aponta que as desigualdades se intensificam em razão das desigualdades produtivas, carregando, também, tensões entre diferentes esferas econômicas regionais em conjunto com comportamentos assimétricos a partir da dominação de polos emergentes por polos mais dinâmicos (IANNI, 1998).

Conforme abordado, o neoliberalismo reorganiza as sociedades, levando à reestruturação do Estado. Nesse sentido, são promovidas políticas de redução do aparato estatal, realizando privatizações de empresas produtivas estatais, assim como em diversos setores. Essa reordenação leva à redefinição dos papéis do Estado, deslocando também o papel do indivíduo ante “um Estado cada vez mais divorciado das suas inquietações e ambições” (IANNI, 1998, p. 30)

Diante dos apontamentos de Bresser-Pereira em “Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica”, dos anos 1980 até o início dos anos 2000, o neoliberalismo apresentou-se como ideologia hegemônica. O autor, que escreve no final da década de 2000, ao deparar-se com os resultados das políticas neoliberais como a alta concentração de renda, assim como a recente crise do *subprime*, acreditava que as instabilidades apresentadas no modelo significariam o fim da hegemonia neoliberal. Para este trabalho, não serão analisadas as condições das estruturas econômicas durante o século XXI, por isso, serão discutidos exclusivamente os elementos teóricos referentes ao embate entre Estado e mercado na ideologia neoliberal.

Estado e mercado são apresentados pelo autor como importantes elementos de discussão, de forma que as instituições apresentam naturezas distintas e complementares nas sociedades modernas, sendo também produtos fundamentais para a construção deste trabalho. Nos anos 1980 e 1990, a

difusão do neoliberalismo gerou a naturalização da agenda, opondo-se ao Estado e, por isso, promovendo a dualidade entre as duas instituições. Segundo autor, tal oposição não se justifica, de forma que certas funções do Estado jamais serão designadas ao mercado.

“Podemos ver problemas no Estado, podemos entender que determinadas atividades podem ser mais bem coordenadas se o Estado limitar sua regulação do mercado, mas não podemos ver as duas formas de coordenação como alternativas, porque o Estado sempre regulará os mercados, e porque a responsabilidade final pela boa ou má coordenação não será do mercado, que não tem vontade, mas será da sociedade que, por meio das suas formas de organização política – a sociedade civil ou nação – constitui seu Estado e, no Estado democrático, elege seu governo.” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 7)

O autor afirma que, na medida que os países abriram seus mercados para o comércio, foram inseridos em um grande mercado integrado e globalizado. Nesse sentido, Bresser-Pereira define um país desenvolvido econômica, social e politicamente como aquele que possui um Estado forte que regula um mercado livre e eficiente, de forma que, as estruturas das instituições reforçam-se mutuamente.

Na obra de Bresser-Pereira são apresentadas críticas à proposta de aumento do poder do mercado à custa do enfraquecimento do Estado, denominando esse processo como um “assalto ao Estado democrático e social” que fora estabelecido desde o *New Deal* estadunidense e consolidado na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Com isso, afirma que também houve prejuízo para o mercado, visto que a falta de regulação reduzia a capacidade do mesmo exercer sua função, assim como sua credibilidade.

O Estado é definido como o sistema constitucional-legal garantido pela instituição fundamental de cada sociedade. É ele quem possui a função de coordenar ou regular com poder sobre toda a sociedade, sendo o aparelho político que permanentemente o executa e reforma. “Enquanto a economia e a sociedade pensadas sem considerar o Estado são o reino da necessidade, a política e o Estado são o reino da liberdade e da vontade humana” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 10). Para o autor, o Estado é o instrumento imperfeito para a ação coletiva, onde tal imperfeição deve-se não apenas à imperfeição

humana, mas principalmente pela incapacidade de identificação com todos os indivíduos.

A função do Estado de regular os mercados é apontada por Bresser-Pereira como elemento fundamental desde o Estado absoluto, tendo esse surgido da aliança de oligarquias com a burguesia ascendente. Posteriormente, a partir de uma conquista da burguesia, é constituído o Estado liberal. Nessa estrutura, os direitos das elites eram garantidos pelo Estado, no entanto, os pobres e trabalhadores não detinham os mesmos direitos, por isso, a democracia liberal estadunidense e a democracia social foram requisições originárias dessa população.

A partir da mobilização social foi desenvolvido o Estado democrático liberal, sendo sucedido pelo Estado democrático social em países europeus onde observou-se um maior poder da população após a Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, as elites não se opuseram ao Estado democrático, pois compreenderam que seria possível a manutenção da apropriação do excedente econômico sem o controle direto do Estado. Desta forma, o processo de construção do Estado democrático atual é entendido como uma conquista da população cujo papel fundamental se refere à regulação dos mercados.

O mercado é considerado pelo autor como uma instituição mais modesta que o Estado cujo mecanismo de coordenação se baseia na competição. Cada agente toma suas decisões de forma independente e os padrões são definidos no processo competitivo. Bresser-Pereira considera o mercado como tanto ou mais imperfeito que o Estado pois

“cega aos valores políticos e humanos fundamentais – à liberdade, à justiça, à proteção do ambiente. E cega mesmo à eficiência econômica que a justifica. Em certos momentos o mercado e torna incrivelmente ineficiente – em especial nos momentos de crise. A crise econômica é essencialmente o fracasso do mercado. É o momento em que o mercado deixa de coordenar para descoordenar, para estabelecer a desordem.” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 14)

É relevante apontar, portanto, que o Estado é entendido como uma instituição acima dos agentes individuais, famílias, organizações e mercados, coordenando a todos. Sua função, no entanto, não se refere a agir diretamente,

mas regular as ações de toda a sociedade através de leis e políticas públicas, assim como instituir e regular os mercados (BRESSER-PEREIRA, 2009).

A compreensão sobre a natureza das instituições em conjunto com a breve contextualização do neoliberalismo abre espaço para o panorama histórico do processo de desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social sueco, compreendendo a relevância da constituição da participação social e política no país a partir do século XVIII.

## **2. ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE BEM-ESTAR NA SUÉCIA**

Inúmeros autores apontam que a condição desenvolvida pelo país a partir da revolução agrícola gerou um cenário propício ao Estado de Bem-Estar Social (EBS) sueco. Desta forma, é preciso anteceder tal período para compreender como a estrutura que conhecemos hoje foi consolidada. Neste capítulo, iremos revisitar as condições da estrutura e participação social, assim como os aspectos institucionais que deram origem à revolução agrícola e as implicações sociais e econômicas desse período para a história sueca até a industrialização.

### **2.1. A História Econômica do País entre os séculos XVIII e XIX**

#### **2.1.1. Base política e participação social**

Neste tópico iremos apresentar um breve histórico sobre a relação entre o regime político e a participação social na Suécia que possibilitaram a maior integração da população camponesa na produção durante a revolução agrícola e garantiram notórios direitos sociais. Para Ansaí, o marco inicial na análise sobre a História da Suécia a partir do século XIV é a “Carta Magna Sueca”, um documento que estabeleceu leis universais para a sociedade sueca, sendo aplicada tanto para a Monarquia como todas as classes e as exceções deveriam passar por discussão e aprovação unânime dos representantes.

Com relação à estrutura social, houve pouco desenvolvimento do regime de servidão devido à inexistência de uma nobreza poderosa e influente, com poderes limitados da Monarquia e da Igreja. Desta forma, a comunidade camponesa se desenvolveu de modo relativamente livre comparativamente a outras regiões da Europa, possuindo terras e autonomia sobre elas, desenvolvendo também certa independência em relação ao poder central (ANSAI, 2015), fato que favoreceu a manutenção do modelo de terras comuns até fins do século XVIII.

Graças ao espaço que a estrutura social garantiu à população camponesa, o autor aponta que a participação camponesa foi fundamental para a construção da “cultura de engajamento político”, de forma que a população desenvolvera o

hábito de se reunir e interagir politicamente, criando resistência popular e compromissos comuns. A população camponesa conquistou uma importante representação no parlamento a partir do século XVI, fato esse que culminou em uma relação mais próxima entre governo e camponeses, gerando acordos e negociações entre eles e propiciando maior integração social (ANSAI, 2015).

Finalmente, as condições sociais favoreceram a alteração do perfil dos proprietários de terra como resultado das reformas voltadas à distribuição de terras a partir da segunda metade do século XVIII, como será visto na seção 2.1.2. Essa mudança culminou em bruscas alterações sociais e econômicas no país e, apesar da maior inserção do campesinato na produção, os resultados não foram homogêneos para toda população, gerando pobreza, desigualdade e evasão (ANSAI, 2015). Nesse sentido, portanto, se justifica entender como o histórico da participação social se relaciona à garantia de direitos e ao desenvolvimento de políticas de cuidados – tema que será aprofundado na seção 2.2.2.

#### 2.1.2. Da agricultura à industrialização

A Suécia vivenciou uma brusca mudança na produção agrícola a partir do século XVIII, passando de um sistema de baixa produtividade para um setor com rápido crescimento e com maior produtividade, impulsionando o desenvolvimento do país (OLSSON e SVENSSON, 2010). As condições e os caminhos que levaram à revolução agrícola ainda são objeto de estudo pelos autores, no entanto, é notável a relevância das mudanças institucionais e de mercado para a construção de um ambiente favorável às transformações observadas.

Após a estagnação na região da Scania, devido a Grande Guerra do Norte no início do século XVIII, assim como às pragas e quebra de safras em 1740, houve a redistribuição de terras, baseada na lei inglesa de cercamento dos campos, visando o desenvolvimento de novas técnicas de cultivo para aumento da produtividade. Em 1749, o decreto de consolidação dos campos definiu novos limites, unificando terrenos não cultivados às terras pertencentes aos camponeses tributadas à coroa, assim como faixas de terra, tornando-as maiores (ANSAI, 2015).

No início de 1700, cerca de um terço das terras aráveis estavam em posse da nobreza sueca. No entanto, no final do século XVIII, o direito à isenção de impostos e monopólio sobre a posse de terras pela nobreza foi dissolvido, gerando substancial alteração no perfil dos proprietários de terra e, portanto, redução da proporção de terras em posse da nobreza. Para Magnusson, a mudança está associada à quantidade de benefícios que diferentes grupos poderiam usufruir, nesse sentido, as reformas legislativas voltadas para o fortalecimento dos direitos de posse implementadas durante o final do século tornaram a aquisição de terras cada vez mais atrativa.

Antes da revolução agrícola, a estrutura produtiva da Suécia não era capaz de apresentar grandes avanços tecnológicos, à medida que os progressos técnicos eram muito limitados às cadeias e o excedente da produção não era suficiente para financiar o crescimento econômico. A revolução agrícola, portanto, conseguiu alterar a dinâmica produtiva e impulsionar o crescimento da produção, impactando, também, o ambiente institucional (MAGNUSSON, 2000).

O principal objetivo do cercamento de terras era tornar os terrenos mais produtivos e rentáveis. Desta forma, a questão fiscal se pôs como principal elemento na consolidação dos campos, de modo que as regulamentações de 1749 e 1757 associaram a redistribuição de terras à exploração de impostos (VASCONCELOS, 2014). A liberação da propriedade privada possibilitou uma dinâmica baseada na atividade camponesa, onde eles tinham uma função primordial na economia nacional, sem o domínio das aristocracias.

A melhoria da situação financeira do campesinato possui grande relevância para as mudanças estabelecidas e pode ser explicada pela associação do retorno financeiro provindo de boas safras à queda dos níveis de impostos e à crescente força da classe. É possível inferir que o rápido crescimento agrícola aliado à alteração efetiva no sistema produtivo gerou a necessidade de mudança quanto ao uso do excedente ao passar a destinar uma parcela maior para investimentos (MAGNUSSON, 2000). Devido ao aumento de recursos do campesinato, o excedente da produção agrícola poderia ser utilizado para investimento, recuperação de terras e um maior emprego de trabalho, sendo

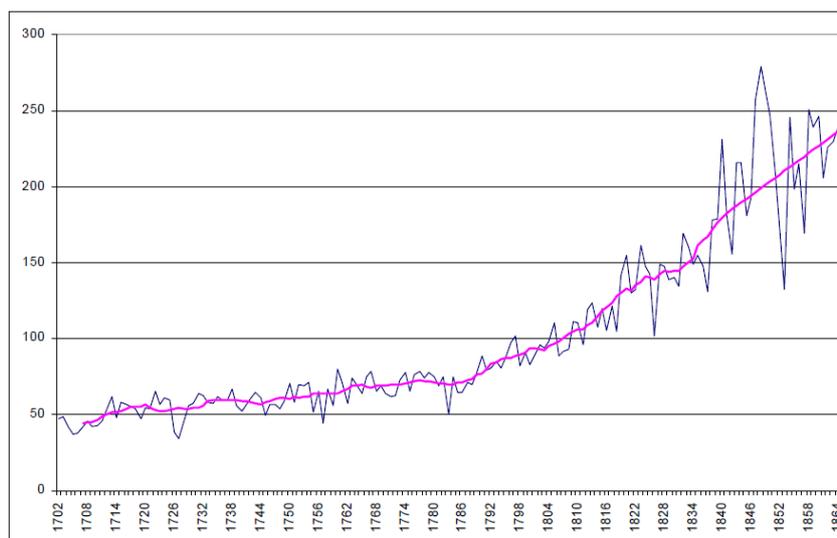
essa mudança de fundamental relevância para o desenvolvimento econômico do país.

“The good harvests, the stronger position of the peasantry and the relative fall in tax levels laid the foundations for an increase in the agricultural surplus at people’s disposal, a surplus that could be used for investment, land reclamation and a higher work input. That the purely economic gains were accompanied by political and social advances were certainly a decisive factor in the surplus actually being invested in productive activities. Measures including stronger rights of possession and the land redistribution and consolidation process, allowed people to enjoy the fruits of their own labour in a more evident way than before.” (MAGNUSSON, 2000, p. 25)

As novas dinâmicas da distribuição de terras promoveram mudanças de longo prazo na sociedade sueca, incentivando novas ações voltadas para a produtividade das terras, como a introdução de técnicas de irrigação e mecanização simples dos processos. Isso fez com que tivesse significativa elevação da produtividade e da produção das terras, gerando aumento do mercado interno e também da demanda externa pelos cereais produzidos (VASCONCELOS, 2014).

A imagem a seguir expõe graficamente a produção de grãos estimada desde o início do século XVIII até meados do século seguinte. Como abordado anteriormente, a produção passava por um tímido crescimento até a segunda metade do século, contudo, após 1780 é possível observar uma reorientação da tendência de crescimento da produção, de forma que, apesar do aumento da volatilidade da produção, é visível a elevação dos patamares produzidos nas décadas seguintes.

**Figura 1 - Produção de grãos estimada 1702–1864, com tendência (hectolitros por fazenda)**



Fonte: OLSSON e SVENSSON, 2008

É sabida a relevância do ambiente institucional para a atividade econômica; nesse sentido, é importante observar as possíveis correlações entre as principais mudanças regulatórias relacionadas ao direito de posse e as elevações nos níveis de produção de grãos nacionais no período observado. Com relação à reorientação da produção observada durante a década de 1780, é preciso salientar a mudança constitucional de 1789, que promoveu um aumento significativo dos direitos de posse e disposição de terras fiscais. Um outro importante marco ocorre próximo ao ponto onde é observado um aumento expressivo no nível da produção entre os anos 1826 e 1832. Em vigor a partir do ano 1827, o Decreto de Laga Shifte promoveu um processo extenso e radical de reforma agrária na maior parte da Suécia através da repartição legal de propriedades fundiárias (MAGNUSSON, 2000).

A expansão iniciada no século XVIII aliada ao aumento na recuperação de terras promoveu um substancial crescimento da produção agrícola até meados do século XIX favorecendo o comércio exterior. No início da revolução agrícola, a Suécia sofria de escassez de grãos, sendo necessária a importação de grandes quantidades de cereais de outros países Bálticos. Após 1830, no entanto, o país supera a necessidade de importação de cereais, passando a ser um grande exportador desses produtos principalmente para a Grã-Bretanha (MAGNUSSON, 2000).

O fortalecimento da comercialização agrícola também proporcionou mudanças no setor financeiro, dando origem a diferentes instituições credoras para este

setor que impactariam mais à frente a transformação industrial sueca. A participação de bancos comerciais na economia é alavancada pela lei bancária de 1864, verificando, em meados do século XIX, uma estrutura financeira mais sofisticada que o sistema industrial produtivo, “dado que sistema bancário já se encontrava estabilizado e o Riksbank atuava como um banco central moderno, o que estimulou o crescimento econômico, pois garantiu a oferta de capitais e a proteção contra os riscos da industrialização” (VASCONCELOS, 2014, p. 24).

A fabricação de produtos não agrícolas era realizada a partir de métodos de produção majoritariamente artesanais e servia ao atendimento das necessidades domésticas de roupas e demais utensílios de forma que esse sistema possibilitou algum grau de especialização entre as famílias camponesas. Além disso, o sistema produtivo da Suécia contava com uma forma inicial de protoindústria, responsável pela comercialização dos produtos fora de sua economia local (MAGNUSSON, 2000). A protoindústria possui uma importante função no processo iniciado a partir do século XIX, desempenhando um papel formativo aos trabalhadores de setores estratégicos (VASCONCELOS, 2014) na fase de transformação industrial que será abordada a seguir.

### 2.1.3. A expansão industrial no desenvolvimento do século XIX

Os desdobramentos das condições econômicas facilitadas pela produção agrícola ao longo do século XVIII até meados do século XIX permitiram o desencadeamento do processo industrial sueco. Neste ponto, faremos um breve panorama do processo de transformação industrial e seus principais impactos ao desenvolvimento nacional a partir de 1850.

“As transformações que culminaram no século XIX tiveram início a partir da segunda metade do século XVIII, quando se iniciaram as reformas sobre distribuição de terras (1750 – 1830), que modificaram o modo de organização econômica agrícola e a estrutura social do país. As terras comuns foram divididas em pequenas propriedades privadas e a atividade agrícola tornou-se mais voltada para o mercado. Na medida que tal atividade se expandia, a atividade manufatureira acompanhava o ritmo e o mercado doméstico tornava-se mais dinâmico.” (ANSAI, 2015, p. 29)

A transformação industrial pode ser entendida como um processo gradual motivado pelo aumento da demanda externa por matérias primas. É relevante,

portanto, reconhecer a importância da pauta exportadora para o desenvolvimento da indústria nacional. A comercialização crescente de matérias primas simples para países em processo de industrialização influenciava a alta do preço destes produtos mais que proporcionalmente em relação ao preço de diversos produtos acabados. Para Vasconcelos, esse foi o movimento que, então, permitiu o incipiente financiamento ao processo de expansão industrial.

A atividade têxtil era compreendida como o setor de maior relevância na manufatura industrial sueca. Segundo dados expostos por Magnusson, o setor respondeu por mais da metade do valor produzido até meados do século XIX. De acordo com os registros do *Market Court*, o setor empregava entre 16 e 17 mil trabalhadores em seu auge durante a década de 1760, no entanto, a atividade entra em declínio e, na década de 1820, os registros apontam uma queda brusca nos números do setor com quantidade inferior a 10 mil trabalhadores (MAGNUSSON, 2000).

A respeito do movimento de queda no setor durante o período supramencionado é possível afirmar que o maior impacto foi observado na cadeia de Estocolmo, no entanto, as razões seguem em debate entre os autores. Apesar da forte queda, em 1846, segundo registros do *Market Court*, o setor garante a retomada ao patamar observado em seu auge, com cerca de 17 mil trabalhadores graças ao aumento da demanda e expansão do mercado interno proporcionados pela revolução e concomitante crescimento agrícola (MAGNUSSON, 2000).

O aumento no superávit advindo da ascendente comercialização do setor agrícola promoveu uma crescente mudança social nas áreas rurais e, consecutivamente, a expansão do mercado interno. No entanto, o mercado externo se manteve como principal estímulo à industrialização até 1890, onde, apenas a partir desse momento, o mercado doméstico passaria a se destacar (VASCONCELOS, 2014).

“The industry that had traditionally supplied the population with nonagrarian goods was on the brink of sweeping organisational change in the mid-nineteenth century. The rapid growth in demand had outstripped the old production capacity. In this respect the 1850s were, without doubt, a dividing line between the old order and the

new, and the relative stagnation of the 1860s may be seen as a breathing-space. In the next decade, the 1870s, industrial development was poised for explosive expansion.” (MAGNUSSON, 2000, p. 56)

A expansão industrial após 1850 foi majoritariamente coordenada pelas indústrias têxtil e de matérias primas e conviveu com diferentes políticas macroeconômicas. No primeiro momento, devido ao aumento da demanda por matérias primas e alimentos, o Estado promoveu a liberação do comércio, no entanto, a partir de 1880 foram adotadas políticas protecionistas nas atividades agrícolas e manufatureiras. Neste período, ocorre a ascensão principalmente das cadeias de ferro, fertilizantes, alimentos e ferramentas e, na última década houve o desenvolvimento da indústria pesada com indústrias de engenharia, mecânica, cadeias de papel e celulose, indústria química e bens de consumo industriais (ANSAI, 2015).

É possível perceber que diferentes fatores foram fundamentais para a industrialização sueca. A revolução agrícola forneceu valiosos insumos à estruturação sueca impulsionando importantes inovações tecnológicas. Além disso, é pertinente apontar a relevância da estruturação do Estado e presença no desenvolvimento de diferentes reformas e políticas nacionais.

Conforme abordado, concluímos que a oferta e uso dos recursos naturais foram cruciais para o estágio inicial de desenvolvimento da economia sueca, impactando não somente o aumento da produção, como construindo importantes pilares para a industrialização e posterior consolidação do Estado de Bem-Estar sueco.

Vale destacar, também, que as mudanças ocorridas desde o século XVIII promoveram importantes alterações na estrutura social acompanhadas de um forte crescimento demográfico. A rápida mudança da economia sueca encontrou desafios na absorção da população frente à emergente industrialização, gerando um cenário de crescente desigualdade social e mobilidade geográfica. Para melhor análise de tais impactos, abordaremos a seguir o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Sueco com foco na participação do Estado e os modelos condutores do desenvolvimento.

## **2.2. O Desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Sueco no século XX**

Antes do processo industrial, a Suécia era marcada por uma imagem agrária, passando por um rápido processo de industrialização e reorganização econômica e social a partir de meados do século XIX. Já no início do século XX, a Suécia apresentava uma estrutura industrial e urbanizada. O modelo de produção industrial gerou um constante êxodo para as áreas urbanas, além da necessidade de adaptação às diferentes aptidões e conhecimentos requeridos aos trabalhadores na maior parte dos setores.

A adaptação aos trabalhos realizados nas indústrias se daria não apenas pelo deslocamento dos trabalhadores das regiões rurais, mas também pelas diferentes habilidades necessárias à atividade industrial. Para Magnusson, as mudanças afetam a identidade dos trabalhadores, sendo esses mais moldados pela fábrica do que pelo próprio comércio. Essa mudança identitária, portanto, incentiva novas organizações sociais mais orientadas ao coletivismo e conscientização social. É nesse momento que começam a surgir movimentos trabalhistas e uma incipiente estrutura sindical.

A partir de 1910, os resultados dessa nova organização social começam a surgir, sendo implementados alguns avanços na legislação trabalhista, tais como: lei de proteção ao trabalhador, sistema de pensões, seguros contra acidentes e as políticas voltadas ao alívio da pobreza e desemprego (ANSAI, 2015). A partir das reformas realizadas, é reconhecida a relevância do papel efetivo do Estado para a promoção de pautas sociais.

Apesar das políticas adotadas, os impactos do abrupto processo de industrialização foram intensos para uma parcela da população, de modo que a década seguinte apresentou elevadas taxas de desemprego. A sociedade não era naturalmente capaz de conter a ascendente desigualdade, sendo necessárias reformas econômicas, sociais e institucionais para a superação dos desafios encontrados (ANSAI, 2015).

Com relação a esse processo de industrialização verificado a partir de meados do século XIX, Magnusson aborda dois pontos de vista sobre as consequências sociais observadas, onde, segundo a visão “otimista”, os resultados positivos superaram as desvantagens do processo, de modo que foi

observado um aumento no padrão de vida no longo prazo, trazendo também melhorias nas condições de vida comparadas à antiga sociedade agrária. Para a visão “pessimista”, no entanto, os impactos negativos foram superiores, provocando o deslocamento espacial e afetivo da população, sendo forçadas a migrar para cidades industriais insalubres e superlotadas. Esse movimento, portanto, caracterizaria uma queda no padrão de vida.

#### 2.2.1. A Implementação do Estado de Bem-Estar e suas influências

A década de 1920 observa importantes marcos que auxiliaram a orientação partidária e das políticas realizadas ao longo das décadas seguintes no país. Em 1921 é promulgado o sufrágio universal, permitindo o aumento da participação política efetiva da população. Em 1929, a crise econômica mundial induz um forte colapso, promovendo aumento da vulnerabilidade e tensão social. Nesse contexto, o Partido Social-Democrata (SPA) se apresenta como saída ao difícil momento econômico e social a partir da promessa de “uma nova forma de organização econômica, a instauração de um novo projeto social, o estabelecimento de um sistema racional, planejado, igualitário, justo e harmônico” (ANSAI, 2015, p. 32).

Conforme introduzido anteriormente, a década de 1920 incorpora elementos perturbadores aos sistemas vigentes em toda a economia mundial, estabelecendo novas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Para Magnusson, a década foi marcada pela disputa entre o “velho e o novo”, levando a mudanças estruturais e a uma competitividade em muito maior escala. A Grande Depressão, segundo o autor, não pode ser considerada como um evento isolado, mas como um fenômeno decorrente dos sintomas já observados ao longo da década.

Guimarães, ao analisar o processo de desenvolvimento escandinavo, destaca que uma característica comum aos países se refere à intervenção ativa do Estado, em diferentes graus, com políticas incisivas nos hábitos nórdicos, que faz com que, mesmo em governos liberais, o Estado tenha o duplo papel “como agente regulador da economia de mercado e como árbitro dos benefícios sociais que garantam à população um padrão de vida decente” (GUIMARÃES, 2016, p. 158).

A dinâmica intervencionista dos governos escandinavos apresenta uma estrutura e possibilidade de social-democracia diferenciada, com rompimento dos padrões da social-democracia alemã, de forte influência socialista e simultaneamente divergente das estruturas capitalistas vigentes, caminhando para uma estratégia mais harmônica, pelo ponto de vista das tensões sociais entre setores (GUIMARÃES, 2016).

A partir disso, é relevante pontuar que a vitória do Partido Social-Democrata em 1932 representa um marco para a alteração das políticas no país, permanecendo no poder até 1970. As décadas seguintes deram significativos passos rumo ao Estado de Bem-Estar Social, implementando importantes políticas sociais. Além disso, é pertinente apontar a transição para o entendimento de tais políticas como necessárias a toda sociedade sueca. Desta forma, é importante enfatizar o pacto histórico realizado entre sindicatos trabalhistas e grupos patronais, em 1938. O pacto foi responsável pela conciliação dos interesses desses agentes, onde os empregadores se dispuseram a realizar generosos investimentos para o financiamento do Estado de Bem-Estar, enquanto receberiam reivindicações salariais moderadas por parte dos trabalhadores (ANSAI, 2015).

### 2.2.2. Políticas de cuidados e redução da desigualdade social

O Partido Social-Democrata se propôs a intervir em um importante aspecto relacionado à qualidade de vida na sociedade sueca. A questão de gênero foi amplamente debatida e políticas de cuidados começaram a ser implementadas ao longo desse período. Os principais personagens para a condução das políticas sociais são Alva Myrdal e Gunnar Myrdal, filiados ao SPA. Gunnar Myrdal entendia o Estado de Bem-Estar Social como um longo processo histórico impulsionado pela intervenção do Estado em múltiplas frentes até o atingimento do estágio de desenvolvimento ideal.

Gunnar Myrdal defendeu um Estado democrático (com sufrágio universal), com reconhecimento (credibilidade), comprometido com o interesse coletivo e com o progresso social (com especial atenção aos socialmente e economicamente vulneráveis), racional, intervencionista, planejador (tanto na área econômica quanto social) e integrado (boa relação entre poder central e local). Tal Estado deveria alavancar reformas sociais, atuar ativamente na economia e promover mudanças institucionais para melhorar a vida de cada

cidadão. Em síntese, Myrdal propôs um Estado de Bem-Estar Social. (ANSAI, 2015, p. 14)

Segundo Magnusson, em meados do século XIX, quase metade das famílias eram chefiadas por mulheres. Apesar dessa estrutura, a posição da mulher ainda era dramática. Ao longo do século, houve a presença de algumas regulamentações no sentido de reduzir as desigualdades de gênero, embora ainda ineficazes. Além disso, a transformação industrial gerou um forte impacto na estrutura familiar sueca, gerando empecilhos à colocação da mulher no mercado de trabalho e sustento da família na nova indústria.

Apesar da histórica participação da mulher no mercado de trabalho, as legislações priorizavam o espaço do homem nas indústrias, fazendo com que as mulheres geralmente fossem alocadas para trabalhos que exigiam menor qualificação técnica e recebessem salários inferiores. Além disso, a hierarquização do mercado dava voz à forte resistência masculina, fazendo com que, em cenários de contração, muitas delas fossem retiradas de seus postos de trabalho para que os “chefes de família” tivessem suas posições garantidas (MAGNUSSON, 2000).

Com a eleição do Partido Social-Democrata, foram realizadas políticas diretas do Estado no quadro geral do emprego voltadas para a redução das desigualdades de gênero existentes e atuação na organização familiar. Desta forma, as regulações se voltavam para o cuidado da criança visando atuar na questão da queda da taxa de natalidade ocasionada pela integração da mulher ao mercado de trabalho e custo de vida elevado do cuidado infantil. O conjunto de reformas tinha como base também o preparo das crianças para essa nova estrutura social, nesse sentido, seria uma força de trabalho qualificada, com maior remuneração e padrão de vida. Além disso, a formação teria papel importante na consciência social destes indivíduos, formando cidadãos (ANSAI, 2015).

A educação consistia em um pilar fundamental na estrutura de desenvolvimento de Gunnar Myrdal, sendo responsável pela formação de cidadãos conscientes e ativos, incentivando a participação política desses indivíduos e, portanto, fortalecendo a construção da “Cultura do Bem-Estar”.

Myrdal defendia a educação universal de qualidade e facilidade de acesso à informação, atribuindo à educação básica a responsabilidade pela promoção da cidadania e desenvolvimento do pensamento crítico, enquanto a educação superior atuaria no atendimento das demandas sociais, com maior investimento em setores com escassez de profissionais (ANSAI, 2015).

É relevante também apontar o papel das reformas educacionais como políticas sociais redutoras de desigualdade. A reforma escolar realizada na década de 1940 tornou obrigatória e universal a escolarização primária com 9 anos letivos com a aplicação de testes nacionais padronizados (BERGH, 2011). A partir do estudo sobre as consequências da reforma escolar sueca, Meghir e Palme identificaram que os alunos se tornaram mais inclinados a prosseguir para o ensino secundário, tendo maior impacto sobre indivíduos cujos pais apresentavam baixa escolaridade. Desta forma, o estudo identificou forte correlação entre o aumento no nível de escolaridade e a elevação das rendas futuras no país, promovendo o capital humano da sociedade e, ainda, garantindo melhores posições no mercado de trabalho aos indivíduos escolarizados.

As medidas abordadas nessa seção demonstram uma importante reorientação política referente aos direitos sociais, sendo apontadas por diferentes autores como grandes vetores para o aumento da igualdade social na Suécia. A reforma educacional, em especial, é identificada como a provável explicação para a redução da dependência do *background* familiar para a renda dos indivíduos (BERGH, 2011). A alteração na condução política gerou impactos de curto e longo prazos no papel do Estado sueco, tendo influência substancial do modelo Rhen-Meidner, que será abordado a seguir.

### 2.2.3. O modelo Rhen-Meidner

Rudolf Meidner e Gösta Rehn foram economistas do sindicato sueco responsáveis pelo modelo estruturado na década de 1950, chamado Rhen-Meidner (R-M), caracterizando as políticas econômicas da época. O modelo foi elaborado como alternativa à estratégia keynesiana de desenvolvimento, com críticas especialmente às políticas de combate à inflação (ERIXON, 2010).

Esse modelo contava com a atuação em diversas frentes, propunha uma política fiscal contracionista para lidar com o excesso de demanda e conter a inflação salarial, políticas de qualificação da força de trabalho e mobilidade que asseguraram a manutenção do pleno emprego e contava com condições adicionais, onde os sindicatos adotariam uma política salarial solidária, padronizando os salários (MJØSET, 2000).

Rehn e Meidner publicaram suas críticas ao keynesianismo no final da década de 1940, em meio à aplicação de políticas fiscais e monetárias expansionistas na Suécia. Os autores defendiam que o modelo apresentava uma ameaça constante ao pleno emprego, de forma que, ao gerar uma política geral expansionista, o resultado seria inflação e déficits em conta corrente e, portanto, o passo seguinte seria o desenvolvimento de uma política contracionista, gerando desemprego. Os mesmos acreditavam, também, que o pleno emprego seria ameaçado no longo prazo por medidas de controles de preços e investimentos que seriam introduzidos objetivando o amortecimento do superaquecimento (ERIXON, 2000b).

Conforme previsto por Rehn e Meidner, a década de 1950 foi marcada pela forte inflação ocasionada por excesso de demanda, não obtendo sucesso na tentativa de contenção através de negociações coletivas. Tal situação, por sua vez juntamente com problemas da conta corrente, era entendida como risco ao pleno emprego pela União, que temia os efeitos fragmentadores das crescentes desigualdades de renda (MJØSET, 2000).

O R-M foi constituído através de uma dimensão essencialmente nacionalista, visando a superação das problemáticas vivenciadas na década de 1950, desenvolvendo estratégias baseadas na manutenção do pleno emprego e baixa inflação através de três pilares fundamentais: Políticas Macroeconômicas Restritivas, Políticas de Salário Solidário e Políticas Ativas no Mercado de Trabalho (ANSAI, 2015; QUINTAS, 2017).

O modelo apresentou a política fiscal contracionista como principal medida para conter a inflação, fomentando, sobretudo, o aumento de tributos indiretos. Tal medida buscava reduzir forçadamente os lucros e as margens de lucros empresariais, entendidos por eles como fortes motores inflacionários. Segundo

o modelo, a política fiscal ao longo do ciclo econômico deveria ser restritiva, visando o superávit de poupança pública e estabelecer o arcabouço para a política de estabilização de preços. Adicionalmente, o modelo propunha a consolidação de uma poupança pública no médio e longo prazo. Tal medida visava a redistribuição da renda e riqueza privadas, proporcionando, também, o financiamento das políticas voltadas para o mercado de trabalho e outras medidas seletivas (ERIXON, 2000b).

Posteriormente, o modelo R-M absorveu também a política monetária restritiva como instrumento eficaz à contenção da desvalorização monetária corrente, propondo uma política econômica geral restritiva (ERIXON, 2000b; ERIXON, 2010).

Outra dimensão relevante se refere à política de salários, de forma que as organizações sindicais teriam papel fundamental na estruturação de uma política salarial solidária, realizando a comparação sistemática de empregos, a partir da avaliação de empregos idênticos e definição de faixas salariais idênticas. Para os autores, os salários não deveriam ser determinados pela rentabilidade da empresa, sendo necessário que os trabalhos idênticos fossem remunerados igualmente. Essa equalização evidenciaria, também, as diferenças reais no conteúdo do trabalho, tais como condições de trabalho, dificuldade, responsabilidade, experiência e educação requeridos (ERIXON, 2000b).

“Solidaristic wage policy can be seen as a rather blunt instrument of planning, typical of the early post-war period. It is nevertheless a policy aimed at simulating a long-run equilibrium in competitive labour markets. Here, the same wages are paid to homogenous labour and wage differentials are explained by differences in competence and jobs, inter alia their degree of (un)pleasantness. This wage principle, adopted already by LO<sup>1</sup> in the 1930s, is governed by a concern for equity (...) Rehn’s and Meidner’s contribution was to show that the principle also has implications for growth and price stability.” (ERIXON, 2000b, p. 15)

De forma complementar, os autores propunham políticas integradas ao mercado de trabalho, podendo ser divididas em três partes: políticas orientadas para a demanda, realizando intervenções direcionadas para grupos específicos de trabalhadores, empresas e regiões; políticas sobre a oferta, promovendo

---

<sup>1</sup> Neste trabalho traduzido livremente como Confederação Sueca de Sindicatos

treinamentos e bolsas; e, por fim, políticas voltadas para o processo de seleção no mercado de trabalho, de forma que a correspondência dos candidatos às vagas ofertadas seria realizada por meio de agências governamentais de emprego (ERIXON, 2000b).

A política possui um papel chave no modelo, desempenhando quatro funções: o atingimento do pleno emprego, alavancar a mudança estrutural, conter a elevação de preços e salários causados por gargalos do mercado de trabalho ou margens de lucro e facilitar a política salarial solidária (ERIXON, 2000b).

Na década de 1960, o país observou a expansão das ideias de Rehn e Meidner, tendo como principal motivador o aumento da força e participação sindical no país no período (ERIXON, 2000b; ERIXON, 2007). O modelo R-M propunha uma estrutura econômica orientada para o solucionamento da inflação sueca observada em meados do século XX, objetivando o crescimento associado à estabilidade de preços, manutenção do pleno emprego e equidade. As políticas influenciaram diretamente nas taxas de crescimento do país, atuando ativamente na estrutura econômica e social.

Ao longo do capítulo, foram elencados os principais elementos históricos que auxiliaram na estruturação do Estado de Bem-Estar sueco, sendo fundamental mencionar a relevância da estrutura social a partir da segunda metade do último milênio. Nesse sentido, a participação social do campesinato originou desdobramentos na sociedade sueca fundamentais para a construção da consciência política coletiva, além de desenvolver um papel primordial no desenvolvimento econômico nacional.

Ao longo do século XX, a transformação industrial promoveu alterações econômicas relevantes, posicionando o país globalmente, aumentando a participação manufatureira na economia nacional. No período entre o final da década de 1940 e o início da década de 1970, a maior parte dos países ocidentais vivenciaram um período de forte prosperidade econômica, sendo entendido como os “anos dourados” do capitalismo (MAGNUSSON, 2000). Conforme abordado anteriormente, a Suécia promoveu mudanças significativas a partir da eleição do Partido Social-Democrata, sendo também embebida da

teoria econômica desenvolvida por Rehn e Meidner, gerando impactos de curto e longo prazo na estrutura do país.

No próximo capítulo, serão apresentados os debates mais recentes sobre o desenvolvimento nacional, tal como a discussão sobre a dimensão e participação do Estado. Com isso, o capítulo pretende expandir o conhecimento acerca das transformações recentes observadas no Estado de Bem-Estar Sueco, analisando também o comportamento dos principais indicadores econômicos e sociais da economia sueca ao longo do século XX até os dias atuais.

### **3. CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL SUECO**

A maior parte dos países ocidentais vivenciou um período de forte ascensão econômica nas décadas sucessoras à Segunda Guerra Mundial, conhecido como “anos dourados” da economia mundial, proporcionando bruscas quedas nas taxas de desemprego e elevação do padrão de vida ao redor do mundo. A Suécia valeu-se das condições econômicas favoráveis no período pós-guerras, mantendo a produção voltada à pauta exportadora, desenvolvendo a indústria e capital humano para elevação do valor agregado e diversificação das suas produções. O país acompanhou a prosperidade mundial, resultando em uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto mais expressiva que a maioria dos países ocidentais (MAGNUSSON, 2000; VASCONCELOS, 2014).

Neste capítulo, voltaremos a atenção ao período de grande desenvolvimento sueco e os desdobramentos econômicos posteriores aos anos dourados da economia mundial. Serão também observados os efeitos da instabilidade econômica global proveniente dos choques do petróleo no Estado de Bem-Estar Sueco durante a década de 1970, assim como os debates ideológicos que originaram diferentes atuações do Estado para a superação dos desafios vivenciados após esse período.

#### **3.1. Os Anos Dourados da Economia Sueca**

Dentre o final da década de 1940 e o início da década de 1970, a maior parte das economias ocidentais apresentou resultados macroeconômicos positivos. Na Suécia, o PIB real observou uma taxa de crescimento mais elevada que a maioria dos países ocidentais. Ademais, não apenas a performance do produto sueco foi satisfatória durante os anos dourados, o crescimento econômico também se traduziu em empregos, melhores condições de moradia e padrões de consumo mais elevados, contando, também, com o desenvolvimento de um sistema de seguridade social básico (MAGNUSSON, 2000).

É importante apontar que o desempenho verificado na Suécia não se compreende como um modelo isolado. Os países escandinavos, aqui considerados Suécia, Dinamarca e Noruega, guardam semelhanças históricas, passando por processos de desenvolvimento similares e tendo como grande

referência o modelo R-M. O modelo foi um grande orientador das políticas econômicas do governo social-democrata sueco sendo possível identificar um período de ouro do R-M na economia sueca do final da década de 1950 até a primeira crise do petróleo (ERIXON, 2000a; NETO, 2007).

A respeito das políticas salariais no país, em meados da década de 1950, a coordenação de negociações salariais proporcionou à Confederação Sueca de Sindicatos a oportunidade de desenvolver uma radical política salarial solidária. Do início da década de 1960 até meados de 1970, tal dinâmica promoveu uma equalização salarial entre setores e gêneros superior ao observado nos demais países membros da OCDE (ERIXON, 2000a). Visando compreender o desdobramento prático dessas políticas nas oportunidades de acesso econômico entre os gêneros, será analisado o índice de acesso das mulheres à economia na seção 4.4.

No tangente à estrutura do mercado de trabalho, o governo desenvolveu uma robusta política durante a recessão dos anos de 1957 e 1958. Ao longo da década de 1960, houve aumento significativo de mão de obra, sendo desenvolvidas políticas de mercado de trabalho e estímulo à mobilidade geográfica. Com as políticas implementadas, os gastos com as Políticas Ativas de Mercado de Trabalho foram proporcionalmente maiores que os demais países membros da OCDE, de forma que, durante a primeira crise do petróleo, os gastos totalizaram 2,4% do PIB (ERIXON, 2000a).

Conforme apresentado na seção 3.2.3, a poupança pública foi entendida como um importante elemento no modelo R-M. Dada a forte influência do modelo nas políticas do período, houve um aumento acentuado da participação do setor público na poupança nacional sueca, passando de 35% em 1962 para 44% em 1972 (ERIXON, 2000a). No período, houve forte expansão do setor público, desenvolvendo o importante sistema de seguridade social, atuando na promoção de serviços de saúde, assistência e previdência social. Além disso, entre a década de 1960 e o início da década de 1970, houve redução das taxas de lucro mais acentuada que os demais países membros da OCDE (MAGNUSSON, 2000).

Até meados da década de 1960, as políticas monetária e fiscal suecas foram anticíclicas, tendo como período mais restritivo o final da década de 1950 até o início de 1970. Nesse sentido, em meio às recessões de 1966-1968 e 1970-1972, houve a manutenção das medidas. Contudo, dado o caráter disruptivo das crises do petróleo, que afetaram o sistema produtivo internacional, alguns autores, através de uma ótica keynesiana, apontam que tais políticas poderiam ser consideradas austeras, pois deveriam ter sido intensificadas. Durante essas recessões as políticas fiscais foram, respectivamente, quase neutras e deflacionárias (ERIXON, 2000a).

A partir da década de 1970, as economias mundiais conviveram com um conturbado contexto econômico, envolvendo duas crises do petróleo e o desmembramento do sistema de Bretton Woods. Tal contexto levou ao fim dos anos dourados do capitalismo mundial, promovendo mudanças significativas nas economias ao redor do mundo, assim como na Suécia (STEPHENS, 1995).

Diante do novo contexto econômico, a Suécia promoveu políticas que abriram espaço para o processo de liberalização econômica, sendo analisado com maior detalhamento na próxima seção.

### **3.2. Alterações na condução política e econômica sueca**

Conforme abordado anteriormente, a década de 1970 trouxe importantes desafios às economias mundiais, afetando a dinâmica comercial global e promovendo mudanças seculares de longo prazo, tais como: a internacionalização do comércio e do capital e alteração das dinâmicas produtivas, passando de um modelo de produção manufatureira focado em linha de montagem “fordista” para a ascensão do modelo “flexível” através da produção manufatureira diferenciada por habilidades (STEPHENS, 1995).

Segundo Stephens, as alterações na estrutura econômica foram entendidas como temporárias pelos países escandinavos, o que levou à manutenção das medidas anticíclicas pelo governo Sueco. O país contava ainda com a intensa competição com o Japão e os Novos Países Industrializados (NIC) no período, pondo em xeque a capacidade de manutenção do modelo de gestão econômica em vigor (ANXO e NIKLASSON, 2006).

Do ano 1973 a 1982, a Suécia foi exposta a uma forte pressão, convivendo com os impactos das duas crises do petróleo, uma política econômica restritiva nos principais países da OCDE e a intensa competição econômica. Apesar disso, a Suécia manteve-se em alta atividade econômica ao longo da década de 1980. Durante o período, o país sofreu forte inflação de salários e adotou repetidas desvalorizações cambiais visando manter a competitividade das empresas suecas e a preservação do pleno emprego (ANXO e NIKLASSON, 2006; ERIXON, 2000a).

Como forma de conter o desemprego, o governo sueco subsidiou algumas indústrias e assumiu aquelas que haviam falido, gerando elevados déficits orçamentários. Adicionalmente, houve a adoção de medidas que reduziam os direitos trabalhistas. Mesmo com piora no desempenho econômico sueco durante as duas últimas décadas, a Suécia obteve resultados próximos aos da OCDE e da média dos países da União Europeia até os últimos anos da década de 1970 (ANXO e NIKLASSON, 2006).

Apesar da tentativa de contenção dos choques externos, as medidas econômicas alavancaram a pressão por mudanças na condução econômica que, em conjunto com o aumento da representação neoliberal no país, levaram à queda do governo social-democrata em 1976. (ANXO e NIKLASSON, 2006; STEPHENS, 1995).

“Sweden managed to avoid high unemployment in the second half of the 1970s and the early 1980s by applying labour market policy measures together with a defensive industrial policy and an expansive fiscal and monetary policy.<sup>16</sup> At the time of the second oil crisis and the recession of the early 1980s, doubts were raised in Sweden about a Keynesian policy aimed at maintaining aggregate domestic demand. But this reassessment did not result in a stricter application of the R-M model. The main purpose of the ‘new’ economic policy was to eliminate current-account deficits by strengthening cost competitiveness as well as transferring resources to the private sector (essentially the open one) by stimulating industrial profits. The reorientation of Swedish economic policy was mainly explained by the profitability crisis and the large losses of market shares for Swedish export industry in the second half of the 1970s, the losses largely attributed in the Swedish debate to the ‘wage cost crisis’.” (ERIXON, 2000a, p. 32)

Na década de 1980, no tangente às mudanças no Estado de Bem-Estar Sueco, o novo governo de centro-direita adotou algumas reformas de direitos, como a diminuição da compensação para pensões a trabalhadores de meio período e

introdução de tempo de espera para obtenção de auxílio-doença. Em 1982, o descontentamento com as políticas sociais adotadas promoveu o retorno do Partido Social-Democrata ao poder. (ANXO e NIKLASSON, 2006; MAGNUSSON, 2000; STEPHENS, 1995).

Os desafios econômicos encontrados, em conjunto com a insatisfação com a condução política nos anos anteriores, abriram espaço para o desenvolvimento da “política de terceira via”, propondo-se como uma alternativa à política liberal econômica de “primeira via” promovida por Margareth Thatcher e a administração keynesiana de “segunda via” defendida pelo governo socialista do presidente francês François Mitterrand nos primeiros meses de mandato. O modelo buscava o crescimento a partir do aumento da lucratividade das empresas, visando garantir a manutenção das margens de lucro através de pactos firmados com os trabalhadores, como o desenvolvido na década de 1930, abordado na seção 2.2.1 (MAGNUSSON, 2000).

Utilizando método de estímulo ao crescimento defendido pela terceira via, foram realizadas duas substanciais desvalorizações cambiais nos primeiros anos do novo governo social-democrata, criando um contexto de grande vantagem competitiva para a indústria sueca. Além disso, a restrição salarial auxiliou a forte elevação nos lucros e a redistribuição de renda do trabalho para o capital. A promoção dessas medidas, aliada ao favorecimento do contexto externo, ocasionou a aceleração econômica, além de baixa no desemprego e déficits (STEPHENS, 1995).

Nesse cenário, a defesa da terceira via promoveu uma nova vitória do Partido Social Democrata em 1988, com a promessa de criação de um novo pacote de reformas sociais, no entanto, a insustentabilidade das medidas adotadas ocasionou no desenvolvimento de uma bolha, cujo rompimento pode ser datado um ano após a sua reeleição. As promessas foram revertidas em uma resposta drástica à deterioração econômica, promovendo fortes políticas de austeridade e alterações no Estado de Bem-Estar Social, que serão abordadas na próxima seção (STEPHENS, 1995).

### 3.3. Transformações no Estado de Bem-Estar Social

No início da década de 1990, o contexto econômico interno era de uma economia superaquecida, com superávit de empregos, alta taxa de endividamento do setor financeiro, inflação elevada e uma indústria de exportação em decadência devido principalmente à queda de produtividade. Dado o cenário, o governo social-democrata conferiu uma série de medidas objetivando esfriar a economia nacional. Dentre as políticas promovidas pelo governo social-democrata incluíram-se políticas de austeridade como a proibição de greves, congelamento de salários e proibição de aumento dos tributos municipais. (MAGNUSSON, 2000; STEPHENS, 1995).

“A Keynesian policy for full employment was finally abandoned in Sweden in the early 1990s when the Social Democratic government accepted the criticism of an ‘accommodating’ economic policy. The new policy was meant not only to please international capital markets but also to reduce inflationary expectations in labour markets. The Social Democratic government wanted to reduce interest-rates, prices and wages by convincing capital and labour markets that an expansionary fiscal and exchange rate policy would not be undertaken.” (ERIXON, 2000a, p. 40)

Devido ao insucesso das promessas aos trabalhadores, as severas políticas causaram forte reação da Confederação Sueca de Sindicatos, gerando intenso atrito com o governo social-democrata e posterior alteração na condução política no país. No poder de 1991 a 1994, o governo de centro-direita promoveu políticas fiscais contracionistas, incluindo reduções substanciais no gasto público. Tais medidas, aliadas à crise e às altas taxas de juros, intensificaram a recessão sueca, resultando em maior desemprego e redução das receitas públicas, que poderão ser analisadas graficamente na seção 4.4. (ANXO e NIKLASSON, 2006; MAGNUSSON, 2000; STEPHENS, 1995).

Nesse período, a Suécia observou um declínio nos investimentos e na taxa de crescimento do PIB superior aos demais países membros da OCDE, com exceção da Finlândia. Conforme será observado na Figura 2, durante três anos consecutivos, a taxa de crescimento do produto foi negativa, tendo queda também no PIB per capita. Como forma de tentar reduzir a inflação corrente, foi nomeada a Comissão Rehnberg, pactuando baixos reajustes salariais aos trabalhadores do ano 1992 a 1994 (ANXO e NIKLASSON, 2006; MAGNUSSON, 2000; STEPHENS, 1995).

As alterações nas políticas sociais e econômicas ocorridas no início da década de 1990 ocasionaram impactos nos resultados econômicos do país, além de alterações no Estado de Bem-Estar Social sueco. Conforme será analisado na seção a seguir, no período, houve um drástico aumento no desemprego, assim como aumento na desigualdade de renda nacional, calculado pelo Índice de GINI. Adicionalmente, a partir de 1991, foram implementados cortes a benefícios sociais contando com o amplo apoio social-democrata, tais como: redução da concessão e valor de pensões, redução da cobertura do auxílio-doença, entre outros (ANXO e NIKLASSON, 2006; STEPHENS, 1995).

A partir de 1994, com a retomada do Partido Social-Democrata, o país promoveu mudanças significativas na economia, de forma que, desde então, as condições macroeconômicas e do mercado de trabalho melhoraram consideravelmente. A política fiscal desenvolvida pretendia estabelecer uma estratégia essencialmente contracionista com a justificativa que, embora intensificasse o desemprego no curto prazo, seria eliminado no longo prazo. Além disso, vale destacar a introdução do sistema de metas de inflação no país após esse período, tendo um importante papel no controle dos preços suecos (ANXO e NIKLASSON, 2006; ERIXON, 2000a).

Conforme observado, a Suécia passou por períodos de instabilidade econômica entre a década de 1970 e meados de 1990, ocasionando alterações na condução política e mudanças na estrutura do Estado de Bem-Estar Social sueco. Tais alterações, apesar de alterar o contingente de direitos sociais, preservaram o país como detentores de uma das estruturas mais igualitárias socialmente, provendo, ainda, uma robusta gama de direitos sociais.

“O desenvolvimento das últimas três décadas pode ser descrito como o período de globalização, e as duas primeiras décadas foram, em geral, caracterizadas pela incerteza. Isso foi fato após a era de ouro, e no início havia muita conversa sobre o estado do bem-estar social estar em crise (OCDE 1981), com necessidade de redução de gastos, privatização e redução do compromisso público. Em retrospectiva, entretanto, em vez de desmontar o estado do bem-estar social, temos testemunhado que estados do bem-estar social modernos têm sido reforma dos dentro de um novo paradigma – do estado de investimento social” (ABRAHAMSON, 2012, p. 25)

Na seção a seguir, serão verificados os comportamentos dos indicadores sociais e econômicos desde meados do século XX até os dias atuais.

### **3.4. Análise dos indicadores econômicos e sociais**

Serão observados, nesta seção, alguns dos indicadores referentes ao contexto econômico e social do país a partir da década de 1960 (em razão da limitação de dados históricos), tomados como indicativos dos resultados do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social ao longo das décadas anteriores, além dos movimentos econômicos nas décadas subsequentes, com destaque para o período de maior instabilidade entre 1970 e meados da década de 1990.

Dentre os dados apresentados, será analisado o desempenho do Produto Interno Bruto Sueco a partir do ano 1960, de forma a compreender em termos gerais o crescimento econômico do país e o produto per capita. Adicionalmente, entende-se relevante compreender a estrutura do mercado de trabalho sueco, visando analisar, a partir de 1969, os índices de desemprego, ea estrutura de receitas nacional, dado de grande relevância para a compreensão da capacidade de financiamento do Estado de Bem-Estar Sueco.

De forma a compreender mais profundamente a estrutura de benefícios sociais sueca, serão analisados os gastos públicos sociais agregados como proporção do PIB nacional a partir de 1980. Em seguida, serão analisados os gastos públicos sociais desagregados, visando compreender a destinação de recursos por programas ao longo do tempo. Adicionalmente, serão analisados os índices de ensino primário, fundamental e médio no país, objetivando compreender o importante pilar de universalização do acesso à educação.

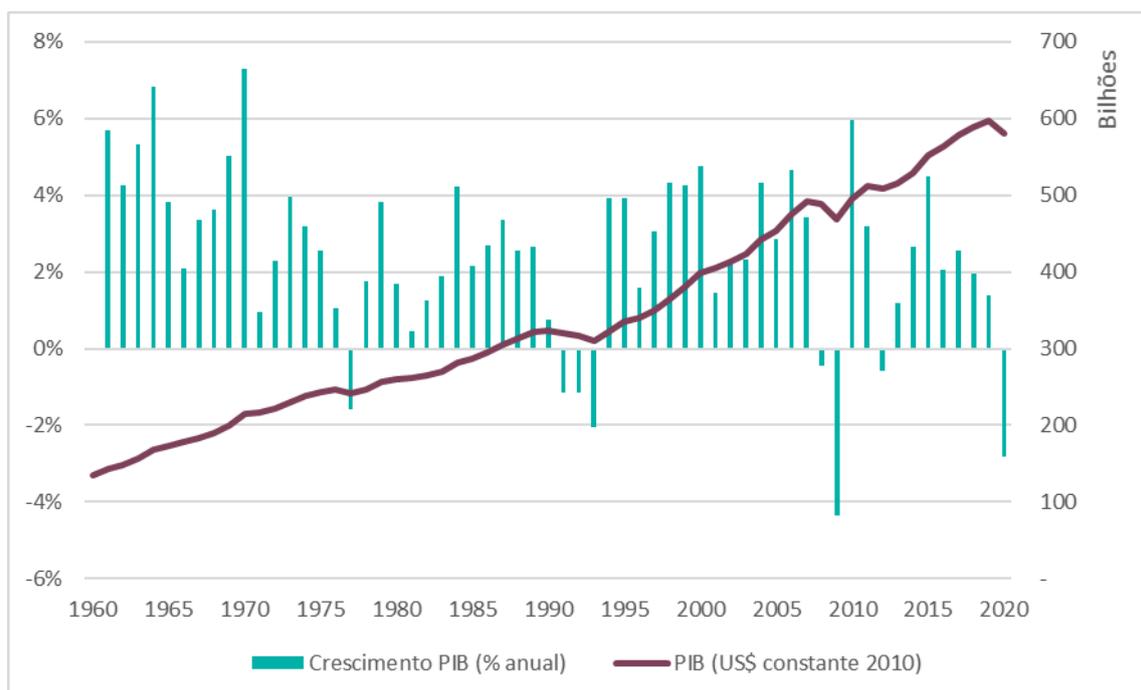
Visando ampliar o entendimento a respeito da estrutura social, será analisado o Índice de acesso das mulheres à economia, a partir da observação das condições legais de acesso à economia em diversas temáticas a partir do ano 1970. Por fim, será analisado o Índice de GINI da economia sueca comparativamente à Dinamarca, Noruega, Estados Unidos da América (EUA) e Reino Unido, buscando a compreensão da desigualdade social no país.

Os dados apresentam diferentes pontos iniciais, a depender da disponibilidade nas fontes utilizadas. Os dados subsequentes foram incluídos apenas com o objetivo de expor a série mais recente, não sendo, no entanto, objeto de análise. Ao longo do estudo, quando possível, os dados da Suécia serão

comparados aos dados da OCDE, buscando contrastar os resultados encontrados ao longo da trajetória sueca com os demais países com notórios índices de desenvolvimento socioeconômico.

A seguir, será observado o Produto Interno Bruto (PIB) da Suécia, exposto em dólares estadunidenses a preços constantes de 2010, assim como a taxa de crescimento do PIB no período de 1960 a 2020.

**Figura 2 - PIB (US\$ constantes 2010) e taxa de crescimento anual do PIB da Suécia (%)**



Fonte: Elaboração própria; World Development Indicators – World Bank

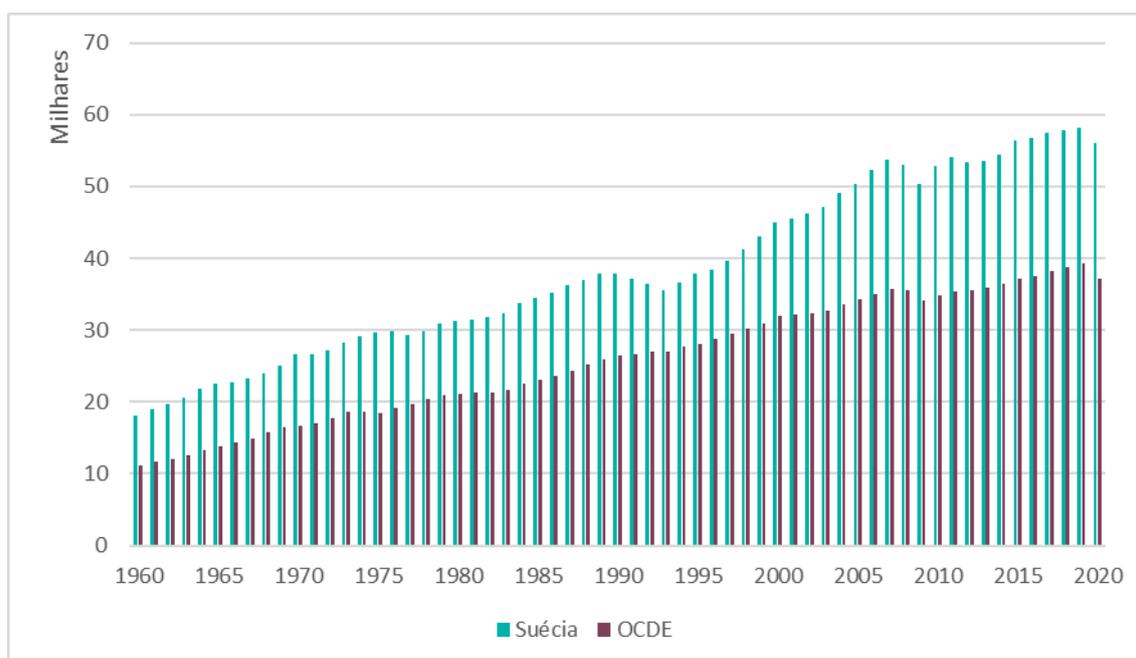
Conforme verificado no gráfico durante toda a série, é possível observar uma alta elasticidade do produto interno sueco aos eventos econômicos mundiais. Ao longo de quase duas décadas, o país observou taxas anuais de crescimento do PIB positivas, tendo como pico o ano de 1970, período de auge das políticas de bem-estar no país, alcançando cerca de 7,3% de crescimento no ano.

Nos anos seguintes, o país verificou uma taxa de crescimento mais tímida, com queda do produto em 1977. É importante pontuar que, neste momento, o mundo estava sob efeito dos choques do petróleo, promovendo uma grande estabilidade econômica global, afetando fortemente a economia sueca. A partir

de 1984, é possível verificar alterações na dinâmica econômica nacional, tendo redução do crescimento no primeiro momento, período influenciado pela política de terceira via. Os anos 1990, marcados por 3 anos iniciais de queda consecutivas do PIB, foram de dramáticos resultados na economia nacional ocasionados pela forte crise interna. Durante o final do século XX e quase toda a primeira década do século XXI, o país observou um período de crescimento elevado.

A seguir, será analisado o PIB per capita da Suécia comparativamente ao produto per capita considerando todos os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a preços constantes de dólar estadunidense, tendo o ano de 2010 como referência.

**Figura 3 - PIB per capita da Suécia e OCDE (US\$ constantes 2010)**



Fonte: Elaboração própria; World Development Indicators – World Bank

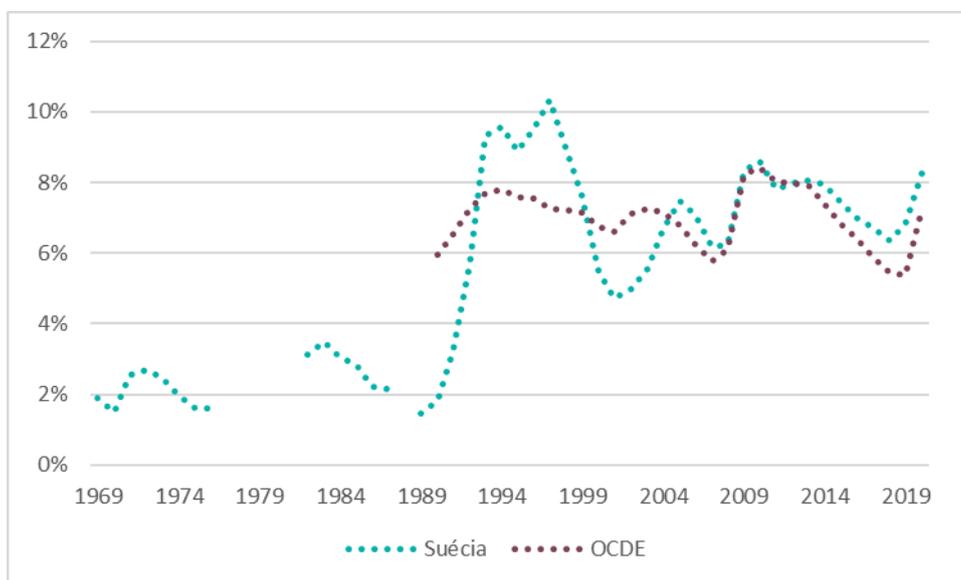
Conforme apresentado graficamente, a Suécia observou um PIB per capita superior aos demais países ocidentais pertencentes à OCDE. Em 1960, primeiro ano da série, o PIB per capita sueco foi de aproximadamente 18 mil dólares, representando aproximadamente 60% a mais que o produto médio da OCDE.

É possível perceber, também, uma drástica queda do produto per capita sueco no início da década de 1990, devido à forte recessão econômica sofrida. Nesse

ano, a Suécia observava o nono maior produto per capita, passando, em 1997, à décima nona posição (ERIXON, 2000a). O ponto de maior aproximação dos dois produtos ocorreu em 1993, quando o produto sueco passou a apresentar uma proporção aproximadamente 30% superior ao produto da OCDE. Todavia, apesar das quedas observadas ao longo da série, o produto per capita é percebido como um forte indicador de sucesso do modelo sueco.

Na figura a seguir, serão analisadas as taxas de desemprego da força de trabalho total na Suécia, assim como no conjunto de países membros da OCDE.

**Figura 4 - Taxa de desemprego da força de trabalho total (%)**



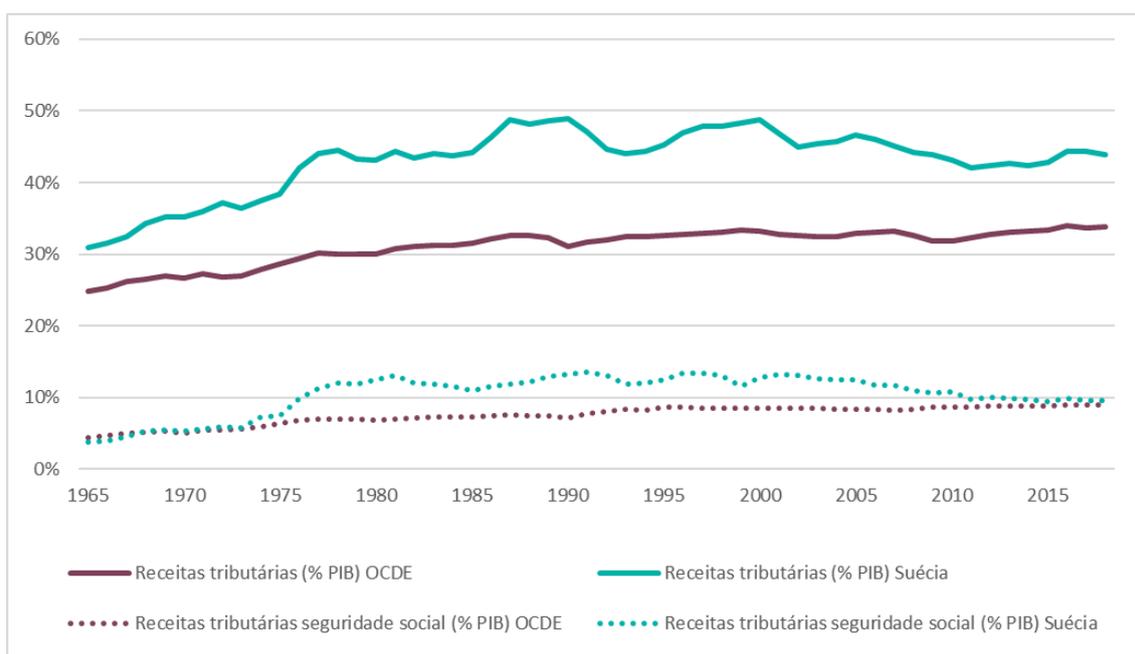
Fonte: Elaboração própria; World Development Indicators – World Bank

Conforme exposto na figura acima, ao longo dos primeiros anos da série, de 1969 a 1976, a taxa de desemprego da força de trabalho total sueca foi inferior a 3%. No período seguinte, de 1982 a 1987, a taxa de desemprego sofre elevação, passando para cerca de 3,5% no ponto mais elevado da série. A partir de 1989, é percebido um drástico aumento da taxa durante 5 anos consecutivos, passando para aproximadamente 9,3% em 1993. A partir de 1990, o país sai de uma economia de pleno emprego para um país com crescente elevação do desemprego e redução dos direitos sociais, passando a flutuar ao redor da taxa média de desemprego dos países membros da OCDE a partir de meados da década. A observação da taxa de desemprego possui

especial relevância sobre a análise da desigualdade de renda no país, dado que a queda do desemprego promove o aumento da força sindical e, portanto, torna mais fácil a implementação de uma política de pagamentos e eventual redução da diferença salarial (MAGNUSSON, 2000).

A seguir serão apresentados os dados relativos às receitas tributárias totais e específicas para seguridade social na Suécia e, comparativamente, a média dos países membros da OCDE, sendo dispostos como proporção do PIB.

**Figura 5 - Receitas tributárias totais e de seguridade social como parcela do PIB (% PIB)**



Fonte: Elaboração própria e tradução livre; Revenue Statistics: Comparative tables – OCDE

Segundo os dados apresentados, as receitas tributárias totais da Suécia correspondem a mais que 30% do PIB, sendo também superiores à parcela média dos países pertencentes à OCDE desde o início da série. No entanto, quando verificamos especificamente as receitas tributárias de seguridade social, a dinâmica difere ao longo do tempo. No início da série, em 1965, as receitas específicas para seguridade social na Suécia correspondiam a aproximadamente 3,75% do PIB, enquanto a média dos países da OCDE totalizava cerca de 4,5% do PIB.

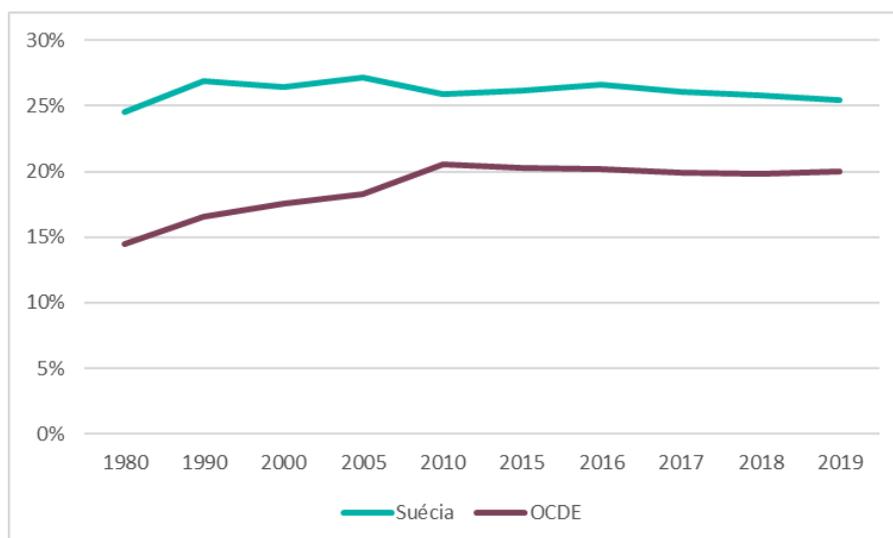
Já em 1968, a proporção das receitas de seguridade suecas superou a parcela dos países da OCDE, permanecendo superior ao longo de todo o restante da

série. Ademais, as receitas tributárias de seguridade social suecas alcançaram a maior proporção verificada na série em 1991, correspondendo a aproximadamente 14% do PIB. A partir disso, as receitas tributárias totais passam por uma forte queda, impactando, também, as receitas de seguridade social. Tal redução pode ser associada ao período de grande recessão da economia sueca que promoveu a redução das receitas e um crescente déficit orçamentário, apesar dos cortes nos gastos públicos (ANXO e NIKLASSON, 2006).

Nesse período, é possível perceber a manutenção da proporção das receitas nos demais países membros da OCDE. Posteriormente, as receitas flutuam entre 40% e 50% do PIB, enquanto as receitas de seguridade social observam um movimento gradual de queda, passando a assumir a proporção média de 10% do PIB nos últimos anos da série, alcançando nível similar ao observado nos demais países da OCDE.

Abaixo, serão observados os gastos sociais agregados como parcela do PIB na Suécia e na OCDE, visando entender os desdobramentos das políticas de gastos sociais na Suécia e de que forma o perfil de gastos acompanha a tendência dos países membros da OCDE.

**Figura 6 - Gastos Públicos Sociais Agregados como parcela do PIB na Suécia e OCDE (% PIB)**



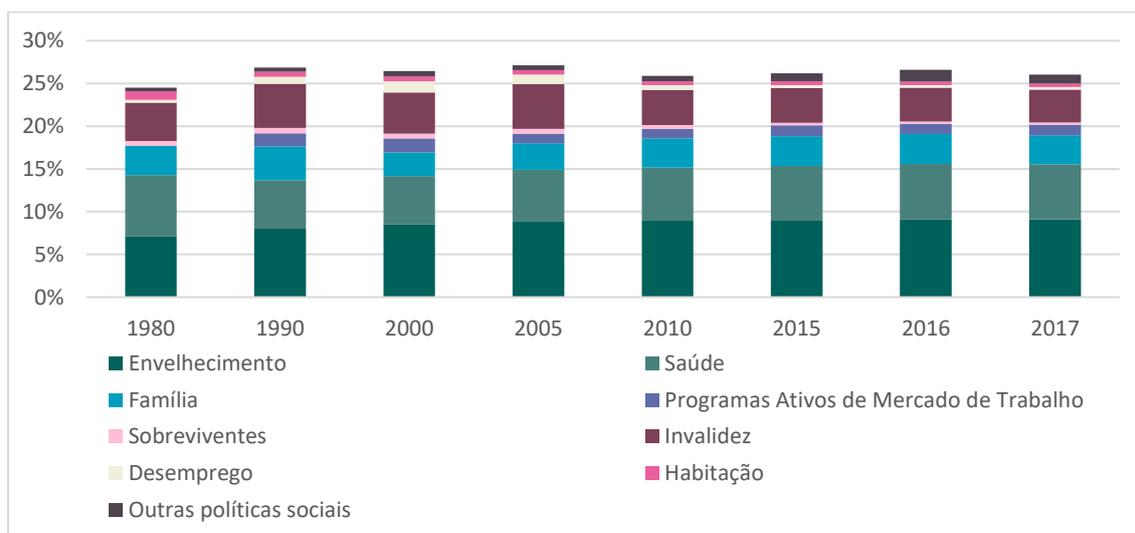
Fonte: Elaboração própria; OCDE Stat

Os gastos sociais agregados na Suécia, segundo disposto graficamente, apresentam uma proporção praticamente estável com relação ao PIB desde a década de 1980. Paralelamente, os gastos sociais em países membros da OCDE apresentam uma relação média bastante inferior no início da série, sendo crescente até o ano de 2010, onde alcança um patamar próximo aos gastos suecos. Apesar da aproximação, ambos os indicadores permanecem nos mesmos patamares até o final da série, apresentando uma superação média dos gastos suecos em 5% do PIB na última década.

É importante também apontar que, segundo dados da OCDE, a Suécia promoveu os maiores gastos sociais per capita comparados aos demais países escandinavos, Alemanha, França e Reino Unido, sendo considerados os valores desde 1980 até o ano de 2007 (ABRAHAMSON, 2012). Nesse sentido, mesmo durante a forte recessão econômica e consecutiva redução dos direitos sociais vivenciada no início dos anos 1990, o país demonstrou gastos superiores aos demais países.

Para o aprofundamento da análise dos gastos sociais, estão dispostos a seguir os gastos públicos sociais suecos divididos por programas desde o ano 1980. Os gastos estão dispostos enquanto percentual do PIB e apresentam proporção superior a 24% do PIB durante toda a série.

**Figura 7 - Gastos públicos sociais por programa (% PIB)**



Fonte: Elaboração própria e tradução livre; OCDE Stat

Conforme exposto na figura acima, os gastos públicos sociais são divididos em 8 principais funções, sendo elas: programas voltados ao envelhecimento, saúde, família, programas ativos de mercado de trabalho, invalidez, sobreviventes, desemprego e habitação.

Os programas voltados para o envelhecimento compreendem o maior volume de gastos sociais, apresentando uma participação constante ao longo da série. Esses gastos são divididos, majoritariamente, em pagamentos de aposentadorias e políticas de cuidados domésticos para idosos.

Os gastos em saúde representam a segunda maior conta pública social e são voltados para saúde e cuidados médicos. De 1980 para 1990, as despesas em saúde caíram cerca de 10% na participação geral nos gastos sociais, permanecendo em patamar entre 20 e 25% ao longo da série.

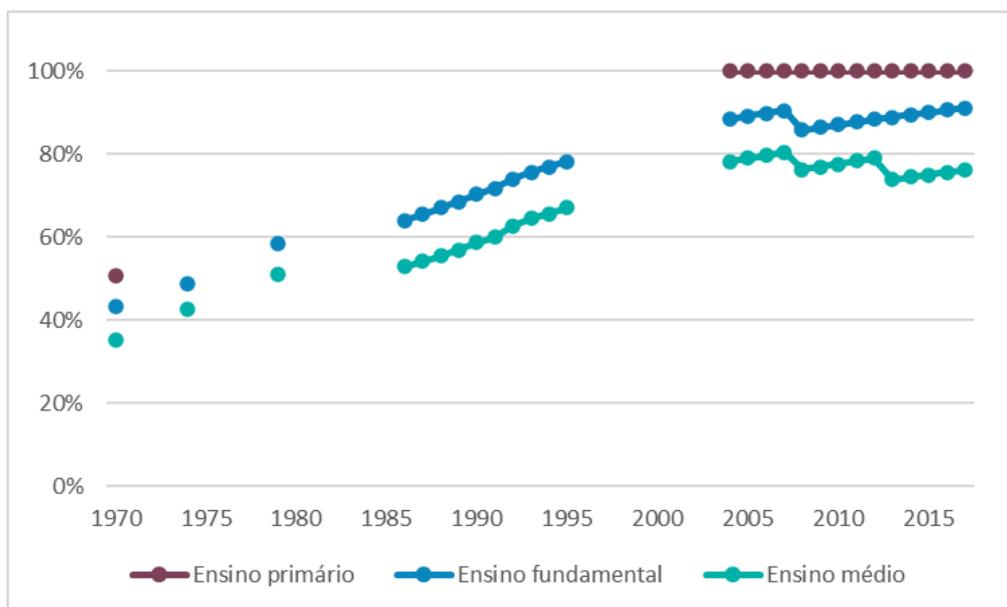
Os gastos destinados às famílias compreendem auxílio familiar, auxílio maternidade e parental, incluindo suportes à gestação e adoção, e gastos com a infância, voltados para a educação e cuidados com crianças. Essas despesas sofreram leves variações ao longo do tempo, porém, permanecendo entre 10% e 15% dos gastos sociais totais ao longo do tempo.

Os programas ativos no mercado de trabalho, defendidos amplamente por Rehn e Meidner, contam com dados a partir de 1990 e, ao longo de todo o período descrito, representaram parcela inferior a 7% dos gastos públicos sociais. Os gastos são destinados à administração dos programas, treinamentos, *Job Rotation* e *Job Sharing*, incentivo ao emprego, suporte ao emprego e reabilitação, criação de empregos e incentivo a *Startups*.

O programa de sobreviventes é voltado para o auxílio a familiares de falecidos e o programa voltado para invalidez é direcionado para o auxílio a pessoas incapazes de desenvolver suas forças de trabalho. Ambos os programas são concentrados, principalmente, no pagamento de pensões. Historicamente, a participação dessas contas é estável, somando cerca de 20% dos gastos públicos sociais. Os gastos em desemprego, habitação e outros gastos sociais representaram parcela inferior a 10% durante toda a série.

A seguir, será analisado o nível educacional da população sueca acima de 25 anos no período de 1970 ao ano de 2017, visando entender a estrutura e evolução do ensino no país. O gráfico apresenta tradução livre dos níveis educacionais com base nos termos brasileiros, podendo não refletir a correspondência exata, dadas as diferenças entre os sistemas educacionais do Brasil e da Suécia.

**Figura 8 - Nível educacional da população acima de 25 anos (%)**



Fonte: Elaboração própria e tradução livre; World Development Indicators – World Bank

A respeito do nível educacional da população sueca acima de 25 anos, conforme apresentado no gráfico acima, em 1970, primeiro ano da série apresentada, a parcela da população que havia concluído o ensino primário era de aproximadamente 50%, além disso, a população com formação fundamental foi correspondente a 43% de toda a população acima de 25 anos, tendo ainda 35% do mesmo total concluído o ensino médio. Nos anos seguintes, é possível observar uma clara evolução dos níveis educacionais de forma geral, dado que, apesar da ausência de dados referentes ao ensino primário, por dedução, é possível afirmar também a evolução do índice no período. A partir de 2004, portanto, todos os adultos maiores de 25 anos haviam concluído o ensino primário. Complementarmente, os adultos cuja formação inclui o ensino fundamental corresponderam a aproximadamente 89% e, aqueles que haviam

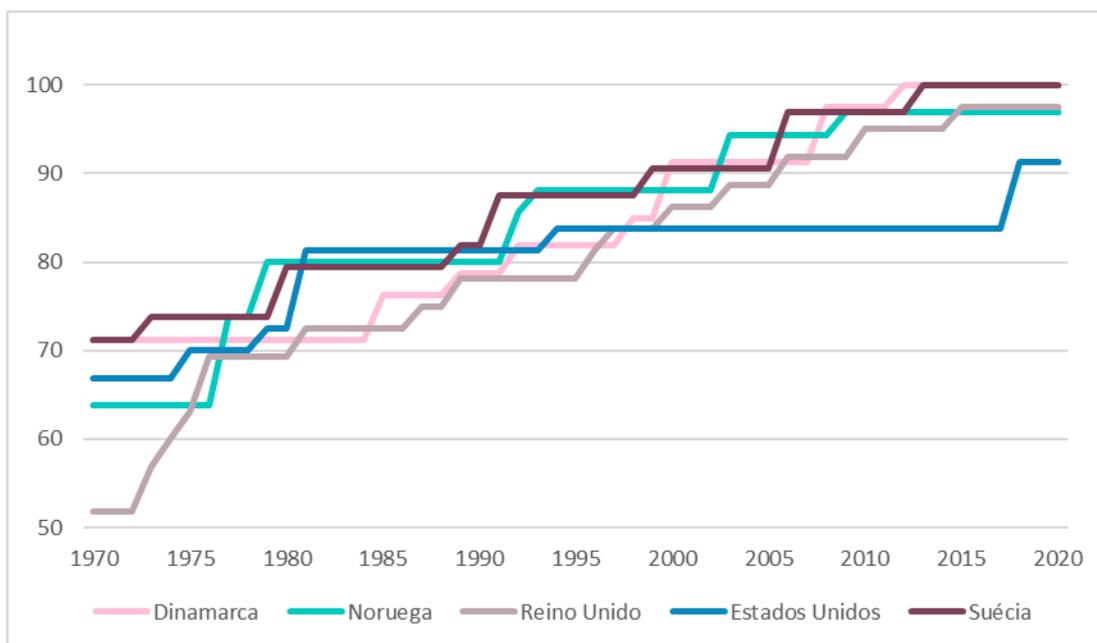
concluído o ensino médio corresponderam a cerca de 78% da população acima de 25 anos.

Outro indicador relevante a ser observado é o *Women Business and the Law Index Score*, índice desenvolvido pelo Banco Mundial que visa compreender, pela análise de leis e regulamentos, a capacidade de inclusão econômica das mulheres a partir de 1970. O índice avalia as diferenças legais de homens e mulheres ao acesso de oportunidades econômicas a partir de oito indicadores distintos, gerando uma média ponderada de 0 a 100, com a pontuação mais alta representando a igualdade de acesso entre os gêneros.

Os indicadores avaliados consideram os aparatos legais para promoção de direitos das mulheres, avaliando as possibilidades de escolha e oportunidades comparativamente aos homens. São avaliados diversos aspectos referentes aos seguintes indicadores: mobilidade, local de trabalho, pagamento, casamento, paternidade, empreendedorismo, ativos e pensões.

São analisados fatores como as condições legais de acesso a passaportes e autonomia para escolher aonde morar e viajar, a existência de legislação específica impedindo a discriminação e assédio nos locais de trabalho e seleção, se as condições de trabalho e remuneração são oferecidas de forma igualitária entre homens e mulheres; análise dos direitos legais entre homens e mulheres no casamento e divórcio, se possuem legislação obrigando a obediência de mulheres aos maridos, leis referentes à violência doméstica, entre outros fatores.

**Figura 9 - Índice de acesso das mulheres à economia**

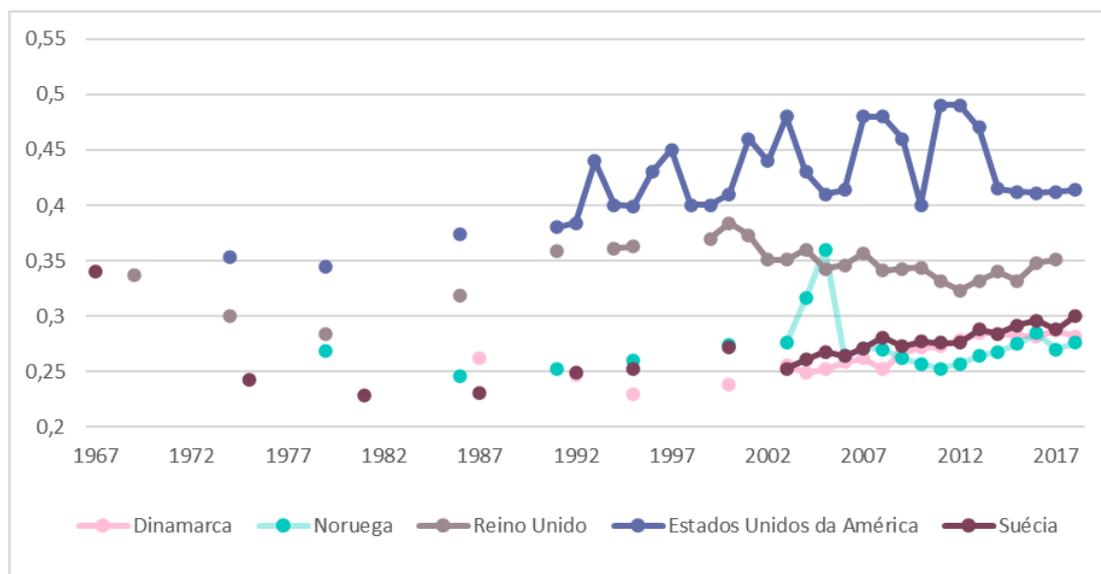


Fonte: Elaboração própria; World Development Indicators – World Bank

Segundo levantamento do Banco Mundial, a Suécia apresentava o índice mais elevado de igualdade de direitos entre homens e mulheres em 1970, juntamente com a Dinamarca, considerando todos os 190 países analisados. No gráfico acima, é visível que, ao longo de quase toda a década, a Suécia esteve na vanguarda, garantindo direitos de acesso à economia mais elevados às mulheres que os demais países. Nos anos seguintes, é perceptível o aumento gradual dos direitos sociais em todos os países observados, devendo-se principalmente ao aumento dos direitos trabalhistas. Ao longo da série, é possível observar um movimento constante de melhora ao acesso das mulheres à economia na Suécia, posicionando-se entre os três maiores índices de acesso durante todos os anos observados.

A partir da observação dos principais dados referentes à estrutura econômica e social do país, será analisado a seguir o índice de GINI da economia sueca em conjunto com os demais países escandinavos, além dos Estados Unidos da América e Reino Unido. O índice é compreendido por valores entre 0 e 1, caracterizando as economias com menor desigualdade de renda quanto mais próximas de 0 e mais desiguais, se mais próximas de 1.

**Figura 10 - Índice de GINI**



Fonte: Elaboração própria; World Development Indicators – World Bank

A respeito da análise da desigualdade de renda na economia sueca, é relevante pontuar que o rápido crescimento econômico promoveu um impacto direto na equalização das receitas. Para Magnusson, a renda demonstra uma tendência inicial de equalização já na década de 1930 devido ao êxodo rural e posterior emprego dessa mão de obra nas áreas urbanas. No período compreendido entre a década de 1950 e meados de 1960, o processo de equalização das receitas é menos consistente, sendo retomado a partir de 1967. Nesse ano, o país observava um índice de GINI igual a 0,34. Nos anos seguintes, é perceptível uma forte queda da desigualdade no país, de forma que assumiu um índice igual a 0,25 em 1987. Posteriormente, em função da forte crise econômica nacional ao longo dos primeiros anos da década de 1990, foi verificado aumento da desigualdade nos dados pontualmente apresentados ao longo da última década do século XX.

A partir do histórico apresentado, desde a década de 1940 até 1970 foi observado o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Sueco com especial influência da social-democracia, construindo a distinta estrutura de direitos universalistas. O processo contou com a condução política do Partido Social-Democrata, tendo como base o modelo R-M, fortemente difundido entre os países escandinavos. Com o modelo, o país alcançou altas taxas de

crescimento no período, promovendo uma robusta estrutura de direitos sociais destacada mundialmente.

Durante a década de 1970, os choques externos expuseram o país a uma forte pressão econômica compreendidas como efeitos de uma crise temporária, levando à manutenção das políticas anticíclicas pelo governo Sueco. Ao longo da década, a economia sueca passou por uma desestabilização econômica, gerando dificuldades em preservar a estrutura desenvolvida ao longo das décadas antecedentes.

A escolha de condução econômica realizada pelo Partido Social Democrata alavancou a pressão por mudanças, gerando a queda do governo social-democrata em 1976. Ao longo das décadas seguintes, foram verificadas várias alterações na condução política sueca, gerando a construção da política de terceira via. No início de década de 1990, a Suécia passou por uma forte crise econômica ocasionada por fatores internos. Apesar da tentativa de contenção, o país apresentou aumento significativo da taxa de desemprego, além da piora dos indicadores macroeconômicos.

Ao longo da análise realizada, é possível observar que o Estado de Bem-Estar Social sueco passou por períodos de instabilidade onde a capacidade de manutenção da estrutura desenvolvida foi posta à prova. Apesar das mudanças verificadas, o país permanece como um dos detentores dos mais amplos direitos sociais universais, conforme observado nos diversos indicadores analisados.

## CONCLUSÃO

O processo de desenvolvimento da Suécia possui raízes históricas que definem o modelo de participação social e política. Conforme observado no primeiro capítulo do trabalho, o Estado de Bem-Estar Social sueco fundou-se com base em um modelo de gestão social-democrata, tendo como traço a promoção de direitos igualitários com alto padrão de qualidade, suportado por uma robusta estrutura estatal.

O modelo adotado pela Suécia pretendeu buscar uma síntese entre universalismo e adequação fora do mercado. Nesse sentido, foi desenvolvido um modelo estatal de previdência mínima igualitária, além da previdência relacionada com os ganhos voltada para as novas classes médias. Com isso, o modelo atendeu às expectativas de diferentes classes, garantindo também o bloqueio do mercado (ESPING-ANDERSEN, 1990).

A partir da década de 1980, houve a eclosão da ideologia neoliberal ao redor do mundo, gerando alterações sistêmicas em diferentes economias, trazendo consigo o fenômeno da globalização. A história econômica sueca, marcada por forte ideologia social-democrata, também conviveu com a influência neoliberal no período, gerando mudanças no Estado de Bem-Estar Social, assim como no papel do Estado.

É relevante destacar que o modelo de desenvolvimento e garantia de direitos sociais se relaciona fortemente com a história política do país. No segundo capítulo do trabalho, vimos como a estrutura social permitiu uma grande influência política da classe camponesa, garantindo, a partir do século XVI, uma importante representação no parlamento, aproximando o relacionamento entre governo e camponeses.

O desenvolvimento sueco possui uma trajetória também marcada pela revolução agrária. Graças à redistribuição de terras e aumento da atividade camponesa, o país pôde contar com o forte apoio dos recursos naturais para a ampliação do mercado e geração de renda. As mudanças na estrutura produtiva abriram espaço para alterações no setor financeiro que permitiram a transformação industrial sueca.

Em menos de um século, a Suécia alterou significativamente sua estrutura produtiva, passando de uma imagem majoritariamente agrária para uma estrutura industrial e urbanizada no início do século XX. O processo de transformação industrial gerou impactos intensos na organização econômica e social do país, que conviveu com um constante êxodo rural e alteração de perfil dos trabalhadores, que necessitavam apresentar diferentes habilidades para exercer a atividade industrial. A partir desse processo, é importante pontuar que a reorganização social influenciou um papel mais ativo do Estado para superação das inquietações dos trabalhadores.

Mesmo com a atuação do Estado para conter o aumento das distorções sociais, os anos 1920 conviveram com aspectos perturbadores às políticas vigentes. A década foi marcada pelos impactos do intenso processo de industrialização e elevadas taxas de desemprego, intensificados pelos efeitos da Grande Depressão. Nesse contexto, o Partido Social-Democrata é entendido como alternativa para superação das problemáticas econômicas e sociais, sugerindo um novo projeto social baseado em vieses igualitários.

Com a eleição do Partido Social-Democrata em 1932, foi inaugurado um novo projeto de desenvolvimento da Suécia baseado no modelo R-M. Ao longo das décadas seguintes foi estruturado o Estado de Bem-Estar Social sueco com a implementação de relevantes políticas sociais. Vale destacar a promoção da educação como pilar básico de cidadania, desenvolvendo indivíduos conscientes e mais qualificados para o mercado de trabalho.

Neste trabalho, entende-se que as políticas voltadas para redução das desigualdades de gênero foram fundamentais para a construção de uma organização mais igualitária, promovendo melhores condições de acesso à economia para mulheres. Segundo o indicador desenvolvido pelo Banco Mundial, o país observava o mais elevado índice de igualdade de direitos entre homens e mulheres em 1970, mantendo-se entre os três países com melhores condições legais de acesso à economia para mulheres por toda a série.

Da década de 1940 até o início dos anos 1970, a Suécia vivenciou os anos dourados das economias capitalistas, apresentando elevadas taxas de crescimento, aumento da taxa de emprego, melhores padrões de vida e

aumento do consumo. No entanto, a partir de 1970, os efeitos dos choques externos foram subestimados pelo governo sueco, levando ao questionamento sobre a sustentabilidade do desenvolvimento da economia nacional e dificuldades em preservar a estrutura de bem-estar social desenvolvida ao longo das décadas antecedentes.

As pressões por mudanças na condução econômica ocasionaram na queda do governo social-democrata em 1976, trazendo uma nova dinâmica política ao país. Na década de 1980, sob uma maior influência neoliberal, o novo governo centro-direita promoveu algumas reformas de direitos à trabalhadores, no entanto, com forte rejeição popular, levando à queda do governo. Neste ponto, é relevante apontar a força da participação social que, em diferentes momentos, se opôs as políticas promovidas, auxiliando na definição dos rumos políticos do país.

Ao longo da trajetória de desenvolvimento econômico analisado neste trabalho, percebemos que o Estado de Bem-Estar Social se firmou sobre uma robusta estrutura de benefícios garantidos pela atuação estatal. A partir da década de 1980, a globalização gerou impactos por todo o mundo, propondo novas formas de interação entre mercado e Estado.

O final da década de 1980 e início de 1990 contou com intensas turbulências na economia nacional, verificando um forte aumento do desemprego, além da queda do produto interno e demais indicadores macroeconômicos. O período foi marcado por políticas fiscais austeras, redução dos direitos sociais e aumento da desigualdade no país. A partir de 1994, o Partido Social-Democrata foi novamente eleito, promovendo mudanças significativas na economia que possibilitaram a retomada dos altos indicadores socioeconômicos.

Desde o fim dos anos dourados das economias capitalistas, o Estado de Bem-Estar Sueco passa por constantes questionamentos acerca da sustentabilidade do modelo, sendo necessários ajustes para redução de gastos e redução do aparato público. É descrito na obra “A Modern Nordic Saga: Politics, Economy and Society”, que o economista Joseph Stiglitz considera o modelo de bem-estar social adotado pelos países nórdicos a melhor alternativa aos desafios

impostos pela globalização, de forma que os impostos elevados e progressivos, em conjunto com um salário mínimo digno e efetivas redes de segurança social, são apresentados como importantes fatores contra a redução de salários de trabalhadores não qualificados, desigualdades e demais impactos nocivos da globalização.

O presente trabalho voltou-se para a análise dos principais fatores constituintes da economia de bem-estar sueca, com especial foco para as estratégias de desenvolvimento promovidas ao longo do século XX. Nos anos mais recentes do desenvolvimento sueco, são observadas reorientações do estado de bem-estar social. Nesse sentido, entende-se a relevância de ampliar o debate para compreensão de tais dinâmicas, e desdobramentos do modelo utilizando como base o conhecimento adquirido, em projetos futuros.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, P. O modelo escandinavo de proteção social. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n. 1, p. 7-36, jan/jun 2012.

ANSAI, K. Y. DESENVOLVIMENTO DA SUÉCIA DURANTE OS “ANOS DOURADOS” DO CAPITALISMO: Fatores históricos, ascensão do Welfare State, influências de Gunnar Myrdal e o Modelo Rehn-Meidner. **Trabalho de conclusão de curso**, Araraquara, 2015.

ANXO, D.; NIKLASSON, H. THE SWEDISH MODEL IN TURBULENT TIMES: DECLINE OR RENAISSANCE? **International Labour Review**, Växjö University, October 2006. ISSN DOI: 10.1111/j.1564-913X.2006.tb00038.x.

BERGH, A. The Rise, Fall and Revival of the Swedish Welfare State: What are the Policy Lessons from Sweden? **IFN Working Paper No. 873**, Stockholm, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **ESTUDOS AVANÇADOS 23**, n. 66, 2009.

CZARNY, R. M. **A Modern Nordic Saga: Politics, Economy and Society**. [S.l.]: Springer International Publishing Switzerland, 2017.

DOMINGUES, L. D. S. PERCEPÇÕES DAS POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA NO BRASIL: Horizontes para a redistribuição do trabalho de cuidado. **Dissertação de mestrado**, Niterói, 2021.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abril 2007.

ERIXON, L. A Swedish Economic Policy -The Theory, Application and Validity of the Rehn-Meidner Model, Department of Economics, Stockholm University, 106 91 Stockholm, Sweden, 5 outubro 2000a.

ERIXON, L. The 'Third Way' Revisited - A Revaluation of the Swedish Model in the Light of Modern Economics. **Stiftelsen Fackföreningsrörelsens Institut för Ekonomisk Forskning- Trade Union Institute for Economic Research**, n. FIEF Working Paper Series 2000 nº 159, 2000b. ISSN 1651-0852.

ERIXON, L. The Swedish third way: an assessment of the performance and validity of the Rehn–Meidner model. **Cambridge Journal of Economics** 2008, 32, p. 367-393, December 2007.

ERIXON, L. The Rehn-Meidner Model in Sweden: Its Rise, Challenges and Survival. **Journal of Economics Issues**, v. 44, p. 677-715, September 2010.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Tradução de Dinah da Abreu Azevedo. Princeton: Princeton University Press, 1990.

GUIMARÃES, P. **Os Escandinavos**. São Paulo: Contexto, 2016.

IANNI, O. Globalização e Neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

LARSSON, M.; SÖDERBERG, G. **FINANCE AND THE WELFARE STATE - Banking Development and Regulatory Principles in Sweden, 1900–2015**. Uppsala: Palgrave Macmillan, 2017.

MAGNUSSON, L. **An Economic History of Sweden**. New York: Routledge, 2000.

MEGHIR, C.; PALME, M. Educational Reform, Ability, and Family Background. **American Economic Review**, 95. 414-424.

MJØSET, L. **The Nordic Economies 1945-1980**. Oslo: Arena, 2000.

NETO, G. M. O crescimento econômico escandinavo: uma seleção da literatura de crescimento e o caso dos países escandinavos com foco em recursos naturais. **Dissertação de Mestrado**, São Paulo, 2007.

OLSSON, M.; SVENSSON, P. Explaining agricultural growth. The case of Sweden 1700-1850. **33rd Annual Meeting of the Social Science History Association**, Miami, Florida, 2008.

OLSSON, M.; SVENSSON, P. Agricultural growth and institutions: Sweden 1700-1860. **European Review of Economic History**, 2010. 275-304.

PZREWORSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. In: PZREWORSKI, A. **Capitalism and social democracy**. Tradução de Maria Leopoldina Rezende e Diana Cohen. [S.l.]: [s.n.], 1988.

QUINTAS, F. M. UMA ESTRATÉGIA NACIONALISTA E SOCIAL-DEMOCRATA DE DESENVOLVIMENTO: O MODELO REHN-MEIDNER NA SUÉCIA (1952-1983). **Dissertação de Mestrado**, Niterói, 2017.

STATISTICS SWEDEN, N. A. **SCB**, 2021. Disponível em: <<https://www.scb.se/en/finding-statistics/statistics-by-subject-area/national-accounts/national-accounts/social-protection-expenditure-and-receipts-in-sweden-and-europe-esspros/pong/statistical-news/social-security-in-sweden-19932019/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

STEPHENS, J. D. THE SCANDINAVIAN WELFARE STATES ACHIEVEMENTS, CRISIS AND PROSPECTS. **United Nations Research Institute for Social Development**, Geneva 10, Switzerland, June 1995.

VASCONCELOS, G. I. Uma breve análise sobre o desenvolvimento econômico sueco. **Trabalho de conclusão de curso**, Rio de Janeiro, Janeiro 2014.